



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA**

MATEUS VIEIRA DE OLIVEIRA

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA: UM OLHAR SOBRE SUA
IMPORTÂNCIA NO FAZER/SER CIDADÃO**

**CAJAZEIRAS-PB
2019**

MATEUS VIEIRA DE OLIVEIRA

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA: UM OLHAR SOBRE SUA
IMPORTÂNCIA NO FAZER/SER CIDADÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

Orientadora: Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves

**CAJAZEIRAS- PB
2019**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

O482e Oliveira, Mateus Vieira de.
O ensino de Geografia na escola: um olhar sobre sua importância no
fazer/ser cidadão / Mateus Vieira de Oliveira. - Cajazeiras, 2019.
65f.: il.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2019.

1. Geografia - ensino. 2. Geografia escolar. 3. Espaço geográfico. 4.
Cidadania. I. Alves, Cícera Cecília Esmeraldo. II. Universidade Federal
de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 91:37

MATEUS VIEIRA DE OLIVEIRA

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA: UM OLHAR SOBRE SUA
IMPORTÂNCIA NO FAZER/SER CIDADÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal
de Campina Grande - UFCG.

Cajazeiras, 05 de Novembro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Cícera Cecília Esmeraldo Alves

Prof.^a Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves – Orientadora
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP
Unidade Acadêmica de Geografia

Prof.^a Dra. Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo - Examinadora
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP
Unidade Acadêmica de Geografia

Firmiana Santos Fonseca Siebra

Prof.^a Dra. Firmiana Santos Fonseca Siebra – Examinadora
Universidade Regional do Cariri – URCA

Aprovado em: ___/___/___

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai José Moreira de Oliveira, que mesmo na sua distância, tenho certeza de sua preocupação.

À minha mãe Zuleide Vieira de Souza Oliveira, por nunca ter medido esforços, palavras e recursos. Exemplo de mulher, mãe, esposa, sempre dedicada, acolhedora, emotiva, agradeço imensamente pelos caminhos que nos fez trilhar.

Agradeço aos meus irmãos: Flávio, Fernandes, Fábio, Fabrício, Moisés, Messias, Maiza José Filho, Marcos e Matias, que a distância não foi empecilho para alargar os laços de união e afetividade.

Às minhas cunhadas: Evileuza, Mikaelly, Fidelcina, Eva, Wanda, Victória e Emanuela.

À minha orientadora, professora Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves, que deste o início da minha formação contribuiu através de suas orientações para a construção de uma identidade com a profissão docente, especialmente com o ensino de Geografia na escola.

Aos professores da Unidade Acadêmica de Geografia-UNAGEO, pelas contribuições, ensinamentos e direcionamentos além da sala de aula.

À banca de avaliação desse trabalho, professora Dra. Firmiana Santos Fonseca Siebra-URCA, e em especial à professora Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo.

Aos colegas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, pelos momentos de aprendizagem, risadas e trocas de experiências durante os primeiros passos na docência.

Aos colegas do curso de Geografia, turma 2015.2, que durante essa jornada foram exemplos de companheirismo, dedicação e compromisso.

Aos colegas da Residência Universitária, principalmente o quarto 06 e 05: George Dias, Odinei Brasil, Marcelo Bento, Guilherme Ângelo, Izalfran Amaro, Lukas Cavalcanti, Ailmo Xavier (*in memoriam*), Damião, Cleiton, que diante de todas as adversidades e discussões, conseguimos superar as diferenças. À Vania, Jucicleide, Maiza, Adriana, Edcleide e Josy da Residência Universitária Feminina, pessoas que tive o prazer de conhecer e conviver.

Aos servidores da UFCG, especialmente Leide, Socorro, Lúcia, Marcos e André.

Ao núcleo gestor da EMEIF Cecília Estolano Meireles, que dispuseram o espaço da escola para a realização desse trabalho.

Enfim, a todos!

O nascimento de um cidadão (Moacir Scliar)

Para renascer, e às vezes para nascer, é preciso morrer, e ele começou morrendo. Foi uma morte até certo ponto anunciada, precedida de uma lenta e ignominiosa agonia. Que teve início numa sexta-feira. O patrão chamou-o e disse, num tom quase casual, que ele estava despedido: contenção de custos, você sabe como é, a situação não está boa, tenho que dispensar gente.

Por mais que esperasse esse anúncio – que na verdade até tardara um pouco, muitos outros já haviam sido postos na rua – foi um choque. Afinal, fazia cinco anos que trabalhava na empresa. Um cargo modesto, de empacotador, mas ele nunca pretendia mais: afinal, mal sabia ler e escrever. O salário não era grande coisa, mas permitia-lhe, com muito esforço, sustentar a família, esposa e dois filhos pequenos. Mas já não tinha salário, não tinha emprego - não tinha nada.

Passou no departamento de pessoal, assinou os papéis que lhe apresentaram, recebeu seu derradeiro pagamento, e, de repente, estava na rua. Uma rua movimentada, cheia de gente apressada. Gente que vinha de lugares e que ia para outros lugares. Gente que sabia o que fazer.

Ele, não. Ele não sabia o que fazer. Habitualmente, iria para casa, contente com a perspectiva do fim de semana, o passeio no parque com os filhos, a conversa com os amigos.

Agora, a situação era outra. Como poderia chegar em casa e contar à mulher que estava desempregado? A mulher, que se sacrificava tanto, que fazia das tripas coração para manter a casa funcionando? Para criar coragem, entrou num bar, pediu um martelo de cachaça, depois outro e mais outro. A bebida não o reconfortava, ao contrário, sentia-se cada vez pior.

Sem alternativa, tomou o ônibus para o humilde bairro em que morava.

A reação da mulher foi ainda pior do que ele esperava. Transtornada; torcia as mãos e gritava angustiada, o que é que vamos fazer, o que é que vamos fazer. Ele tentou encorajá-la, disse que de imediato procuraria emprego. De imediato significava, naturalmente, segunda-feira, mas antes disto havia o sábado e o domingo, muitas horas penosas que ele teria de suportar. E só havia um jeito de fazê-lo: bebendo. Passou o fim de semana embriagado.

Embriagado e brigando com a mulher.

Quando, na segunda-feira, saiu de casa para procurar trabalho, sentia-se de antemão derrotado. Foi a outras empresas, procurou conhecidos, esteve no sindicato, como antecipara, as respostas eram negativas. Terça foi a mesma coisa, quarta também, e quinta, e sexta. Dinheiro esgotava-se rapidamente, tanto mais que o filho menor, de um ano e meio, estava doente e precisava ser medicado. E assim chegou o fim de semana. Na sexta à noite, ele tomou uma decisão: não voltaria para casa.

Não tinha como fazê-lo. Não poderia ver os filhos chorando, a mulher a mirá-lo com o ar acusador. Ficou no bar até que o dono o expulsou, e depois saiu a caminhar, cambaleante. Era muito tarde, mas ele não estava sozinho. Na rua, havia muitos como ele, gente que não tinha onde morar, ou que não queria um lugar para morar. Havia um grupo deitado sob uma marquise, homens, mulheres e crianças. Perguntou se podia ficar com eles. Ninguém lhe respondeu e ele tomou o silêncio como concordância. Passou a noite ali, dormindo sobre os jornais. Um sono inquieto, cheio de pesadelos. De qualquer modo, clareou o dia e quando isto aconteceu ele sentiu um inexplicável alívio: era como se tivesse ultrapassado uma barreira, como se tivesse se livrado de um peso. Como se tivesse morrido? Sim, como se tivesse morrido. Morrer não lhe parecia tão ruim, muitas vezes pensara em imitar o gesto do pai que, ele ainda criança, se atirara sob um trem. Muitas vezes pensava nesse homem, com quem nunca tivera muito contato, e imaginava-o sempre sorrindo (coisa que em realidade

raramente acontecia) e feliz. Se ele próprio não se matara, fora por causa da família; agora, que a família era coisa do passado, nada mais o prendia à vida. Mas também nada o empurrava para a morte. Porque, num certo sentido, era um morto-vivo.

Não tinha passado e também não tinha futuro. O futuro era uma incógnita que não se preocupava em desvendar. Se aparecesse comida, comeria; se aparecesse bebida, beberia (e bebida nunca faltava; comprava-a com as esmolas. Quando não tinha dinheiro sempre havia alguém para alcançar-lhe uma garrafa). Quanto ao passado, começava a sumir na espessa névoa de um olvido que o surpreendia – como esqueço rápido as coisas, meu Deus – mas que não recusava; ao contrário, recebia-o como uma bênção. Como uma absolvição. A primeira coisa que esqueceu foi o rosto do filho maior, garoto chato, sempre a reclamar, sempre a pedir coisas. Depois, foi o filho mais novo, que também chorava muito, mas que não pedia nada – ainda não falava. Por último, foi-se a face devastada da mulher, aquela face que um dia ele achara bela, que lhe aquecera o coração. Junto com os rostos, foram os nomes. Não lembrava mais como se chamavam. E aí começou a esquecer coisas a respeito de si próprio.

A empresa em que trabalhara. O endereço da casa onde morara. A sua idade – para que precisava saber a idade? Por fim, esqueceu o próprio nome. Aquilo foi mais difícil. É verdade que, havia muito tempo, ninguém lhe chamava pelo nome. Vagando de um lado para outro, de bairro em bairro, de cidade em cidade, todos lhe eram desconhecidos e ninguém exigia apresentação. Mesmo assim, foi com certa inquietação que pela primeira vez se perguntou: como é mesmo o meu nome? Tentou, por algum tempo, se lembrar. Era um nome comum, sem nenhuma peculiaridade, algo como José da Silva (mas não era José da Silva); mas isto, ao invés de facilitar, só lhe dificultava a tarefa. Em algum momento tivera uma carteira de identidade que sempre carregara consigo; mas perdera esse documento. Não se preocupava – não lhe fazia falta. Agora esquecia o nome... Ficou aborrecido, mas não por muito tempo. É alguma doença, concluiu, e esta explicação o absolvia: um doente não é obrigado a lembrar nada.

De qualquer modo, aquilo mexeu com ele. Pela primeira vez em muito tempo – quanto tempo? meses, anos? – decidiu fazer alguma coisa. Resolveu tomar um banho. O que não era habitual em sua vida, pelo contrário: já não sabia mais há quanto tempo não se lavava. A sujeira formava nele uma crosta – que de certo modo o protegia. Agora, porém, trataria de lavar-se, de aparecer como fora no passado.

Conhecia um lugar, um abrigo mantido por uma ordem religiosa. Foi recebido por um silencioso padre, que lhe deu uma toalha, um pedaço de sabão e o conduziu até o chuveiro. Ali ficou, muito tempo, olhando a água que corria para o ralo – escura no início, depois mais clara. Fez a barba também. E um empregado lhe cortou o cabelo, que lhe chegara aos ombros. Enrolado na toalha, foi buscar as roupas. Surpresa:

- Joguei fora – disse o padre. – Fediam demais.

Antes que ele pudesse protestar, o padre entregou-lhe um pacote:

- Tome. É uma roupa decente.

Ele entrou no vestiário. O pacote continha cuecas, camisa, uma calça, meias, sapatos. Tudo usado, mas em bom estado. Limpo. Ele vestiu-se, olhou no espelho. E ficou encantado: não reconhecia o homem que via ali. Ao sair, o padre, de trás de um balcão, interpelou-o:

- Como é mesmo seu nome?

Ele não teve coragem de confessar que esquecera como se chamava.

- José da Silva.

O padre lançou-lhe um olhar penetrante – provavelmente todos ali eram José da Silva – mas não disse nada. Limitou-se a fazer uma anotação num grande caderno. Ele saiu. E sentia-se outro. Sentia-se como que – embriagado? – sim, como que embriagado. Mas embriagado pelo céu, pela luz do sol, pelas árvores, pela multidão que enchia as ruas. Tão arrebatado estava que, ao atravessar a avenida, não viu o ônibus. O choque, tremendo,

jogou-o à distância. Ali ficou, imóvel, caído sobre o asfalto, as pessoas rodeando-o. Curiosamente, não tinha dor; ao contrário, sentia-se leve, quase que como flutuando. Deve ser o banho, pensava.

Alguém se inclinou sobre ele, um policial. Que lhe perguntou:

- Como é que está, cidadão? Dá para aguentar, cidadão?

Isso ele não sabia. Nem tinha importância. Agora sabia quem era. Era um cidadão. Não tinha nome, mas tinha um título: cidadão. Ser cidadão, para ele, o começo de tudo. Ou o fim de tudo. Seus olhos se fecharam. Mas seu rosto se abriu num sorriso. O último sorriso do desconhecido, o primeiro sorriso do cidadão.

RESUMO

A Geografia, ciência que estuda a relação homem/meio está presente como componente curricular do ensino básico. Diante disso, cabe destacar o ensino de geografia como instrumento de formação para o exercício da cidadania. E que durante a trajetória pelo ensino fundamental que os/as alunos (as) compreenderão a inter-relação entre os fenômenos físicos e humanos na transformação do espaço geográfico. Desse modo, construindo concepções acerca do lugar e do mundo e principalmente ao exercício da cidadania. Este trabalho tem como objetivo discutir como o ensino de geografia presente na escola contribui com a formação para o exercício da cidadania, utilizando como aporte as falas dos alunos do 9º ano do ensino fundamental, além das percepções acerca de temas fundamentais ao delineamento de uma consciência social e espacial. Considerando que a escola tem como prerrogativa fundamental uma formação voltada aos saberes científicos relacionados com os conhecimentos de mundo, e que o ensino de geografia ao discutir temas sociais, políticos e ambientais está preparando os/as alunos (as) para (re) conhecer os fenômenos que direta ou indiretamente modificam o espaço geográfico. A cidadania foi sendo construída e incorporada ao longo do tempo, passando a ser atributo indispensável ao cidadão, nesse contexto, passou-se a destacar a escola como espaço de educação, além disso, de formação para a cidadania. Com isso, buscamos refletir como o espaço escolar contribui para formar além dos saberes científicos, também quais as percepções sobre a cidadania, como diante da sala de aula e das aulas de geografia os alunos percebem as transformações do espaço e do lugar. O objetivo geral desta pesquisa é compreender a contribuição do ensino de Geografia para a construção da consciência cidadã. Os objetivos específicos delineiam-se no sentido de: Identificar na Geografia, evidenciada na sala aula, pressupostos que sinalizem a formação da cidadania; Analisar como se realiza dentro da sala de aula e através da prática do professor melhoramentos no comportamento dos (as) alunos (as) em relação ao posicionamento perante aos problemas sociais e do cotidiano dentro e fora da escola e; Discutir sobre o ser cidadão no espaço/meio geográfico. Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia utilizada partiu de discussões acerca do conceito de cidadania, de espaço geográfico, ensino de geografia e espaço escolar. Como instrumento utilizamos o questionário a fim de avaliar na fala dos alunos (as) a percepção acerca da cidadania e temas relevantes no cenário nacional. Quanto aos resultados, conclui-se que o ensino de geografia proporciona discussões fundamentais ao exercício da cidadania, formando uma consciência voltada ao posicionamento crítico aos problemas socioespaciais, evidenciando assim, cidadãos preocupados com as desigualdades locais.

Palavras-chave: Geografia escolar; Espaço Geográfico; Cidadania.

ABSTRACT

Geography, the science that studies the relationship between man and environment, is present as a curricular component of basic education. Given this, it is worth highlighting the teaching of geography as a training instrument for the exercise of citizenship. And during the trajectory through elementary school students will understand the interrelationship between physical and human phenomena in the transformation of geographical space. Thus, constructing conceptions about the place and the world and especially the exercise of citizenship. This paper aims to discuss how the teaching of geography present in the school contributes to the formation for the exercise of citizenship, using as input the speeches of the students of the 9th grade of elementary school, as well as the perceptions about fundamental themes for the delineation of a conscience. social and spatial. Considering that the school has as its fundamental prerogative a formation focused on scientific knowledge related to world knowledge, and that the teaching of geography in discussing social, political and environmental themes is preparing students to (re) know the phenomena that directly or indirectly modify geographic space. Citizenship was being built and incorporated over time, becoming an indispensable attribute to the citizen. In this context, the school was highlighted as a space for education, in addition to training for citizenship. With this, we seek to reflect how the school space contributes to forming beyond the scientific knowledge, also what are the perceptions about citizenship, as in front of the classroom and geography classes students perceive the transformations of space and place. The general objective of this research is to understand the contribution of geography teaching to the construction of citizen consciousness. The specific objectives are designed to: Identify in the Geography evidenced in the classroom assumptions that signal the formation of citizenship; Analyze how it is done inside the classroom and through the teacher's practice improvements in the students' behavior in relation to the positioning before social and daily problems inside and outside the school and; Discuss about being a citizen in space / geographical environment. To achieve the proposed objectives, the methodology used started from discussions about the concept of citizenship, geographic space, geography teaching and school space. As an instrument we used the questionnaire in order to evaluate in the students' speech the perception about citizenship and relevant themes in the national scenario. As for the results, it is concluded that the teaching of geography provides fundamental discussions to the exercise of citizenship, forming an awareness focused on the critical positioning to socio-spatial problems, thus evidencing citizens concerned with local inequalities.

Keywords: School geography; Geographic space; Citizenship.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de Aprovação	39
Gráfico 2: Taxa de Reprovação.....	40
Gráfico 3: Idade dos alunos	42
Gráfico 4: Escolaridade dos pais ou responsáveis	43
Gráfico 5: Acesso à informação.....	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DISCUSSÃO ACERCA DA CIDADANIA	17
1.1 Cidadania: fundamentos e discussões.....	17
1.2 O espaço geográfico e a cidadania	22
2 A GEOGRAFIA, O ENSINO E A FORMAÇÃO CIDADÃ.....	29
2.1 O ensino de Geografia e a formação para a cidadania	29
2.2 Uma reflexão sobre o espaço escolar	34
2.3. Um olhar para o lugar da pesquisa	37
3 GEOGRAFIA EM SALA DE AULA: PERCEPÇÕES SOBRE A CIDADANIA	41
3.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa	41
3.2 Representações sobre a cidadania	44
3.3 Currículo de Geografia: pressupostos para uma educação voltada à cidadania	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICES	63

INTRODUÇÃO

Cidadania compreende o indivíduo que participa e reivindica seus direitos na sociedade, exercendo sua capacidade de questionar, opinar e discutir. Mediante tais práticas o ser humano pôde, ao longo da história participar da construção de uma sociedade onde houvesse garantias mínimas essenciais à vida, a saúde e a igualdade entre todos, além de participar direta ou indiretamente das decisões que afetam a convivência social. Todos esses direitos, individuais e coletivos são garantidos por lei, isso decorre do fato que a sociedade necessita de uma organização para garantir o respeito mútuo, a dignidade da pessoa humana e uma série de elementos que são próprios do chamado Estado Democrático de Direito.

Tais elementos presentes na sociedade são consubstanciados por uma série de prerrogativas garantidas por lei a cada cidadão, mas para isso é necessário participar ativamente da organização social, política e econômica ou simplesmente no exercício da cidadania. Necessário, portanto, do sentimento de coletividade. A organização do seres humanos no espaço pertence geralmente a lógica do capital que impõe suas regras a todos, desse modo influenciado na vida de todos os cidadãos, daí a necessidade de uma consciência sobre a organização do espaço.

Essa consciência poderá ser adquirida a partir da compreensão do espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia. Os fenômenos sociais são na sua totalidade produtos da apropriação da natureza pelo homem, através do processo de trabalho o ser humano cria e recria a sociedade, essa transformação da natureza se dá simplesmente pela satisfação das necessidades básicas do homem e através disso modificando a natureza primitiva ou simplesmente impondo suas características ao espaço.

Nesse sentido a participação social é, na sociedade contemporânea, um requisito essencial para o exercício da cidadania, daí decorre a importância de instrumentos que viabilizem a consciência individual e coletiva dos cidadãos, garantindo a todos equidade e justiça social. Assim, é justificável a construção de espaços que possam ser locais de permanente construção e reconstrução da atuação cidadã e com isso a formalização de conteúdos essenciais à vida crítica em sociedade.

O ensino de Geografia, presente no currículo da educação básica, visa à ampliação da capacidade do aluno de observar, analisar, conhecer e explicar os fenômenos, características essenciais a compreensão do lugar, as diferentes paisagens e do espaço geográfico. Dessa forma, contribui com instrumentos essenciais para compreensão e intervenção da realidade.

Ressalta-se que o conhecimento adquirido no ensino básico contribui para o exercício da cidadania, que no atual momento de efervescência das discussões no campo da Política e debates sobre questões sociais, ambientais e econômicas no país, afetam diretamente e indiretamente a vida do cidadão, portanto, necessitando um olhar crítico e reflexivo, além de um posicionamento perante a todos os problemas presentes na sociedade.

O conhecimento geográfico é essencial na construção de uma identidade local, regional, nacional e global. É assim que as discussões levantadas por diversos autores abordam a necessidade de uma geografia preocupada com a formação humana, social e política da população, requisitos que muitas vezes são negligenciados. Sendo assim, propõe-se trazer os principais argumentos acerca do conhecimento geográfico praticado no ambiente da escola básica, bem como sua importância no exercício da cidadania.

Diante desse contexto, tornou-se nosso objeto de estudo a contribuição do ensino de geografia na formação para a cidadania, como seus conteúdos e discussões influenciam na capacidade de percepção dos fenômenos naturais, políticos, sociais, econômicos e suas interações no espaço geográfico.

Os principais documentos e leis educacionais no cenário nacional ressaltam a formação humana e cidadã como um dos objetivos principais da educação, nesse sentido, é relevante que todas as áreas do conhecimento possam contribuir com a construção de uma consciência social e política diante da sociedade. Nesse ínterim, o ambiente escolar é o local onde há maior possibilidade de fazer-se cidadão, ou seja, os conhecimentos científicos e culturais estão enraizados nesse ambiente, as discussões poderão ser pensadas para estimular o pensamento crítico e o posicionamento perante a sociedade.

Os conhecimentos da Geografia estão imbricados de significados, que consequentemente ajudam a exercitar o pensamento crítico/reflexivo. A cidadania é tema transversal, ou seja, é abarcado por todas as disciplinas escolares, uma vez que ser cidadão é muito mais que possuir o conhecimento, mas saber utilizá-lo.

Os próprios PCNs de Geografia do ensino fundamental esclarecem a importância do ensino de Geografia na compreensão da cidadania, na atuação política e social, também nas ações do cotidiano, pensar nos direitos coletivos e na solidariedade, sendo o ensino de Geografia pautado na relação do Homem/Meio, as formas de ocupação e transformação do espaço geográfico.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender a contribuição do ensino de Geografia para a construção da consciência cidadã. Os objetivos específicos delineiam-se no sentido de: Identificar na Geografia evidenciada na sala aula pressupostos que sinalizem a formação da

cidadania; Analisar como se realiza dentro da sala de aula e através da prática do professor melhoramentos no comportamento dos (as) alunos (as) em relação ao posicionamento perante aos problemas sociais e do cotidiano dentro e fora da escola e; Discutir sobre o ser cidadão no espaço/meio geográfico.

As hipóteses decorrem das recentes discussões e vivências acerca do ensino de geografia, da cidadania e principalmente do entrelaçamento entre Geografia e consciência política e social. Recentemente é atual o tema da cidadania, a cada dia é cobrado do cidadão um posicionamento acerca das decisões que interferem direta e indiretamente a vida pessoal e coletiva em sociedade, é desejável que haja uma leitura do mundo e de suas transformações. A vida em sociedade é complexa, os interesses pessoais, em muitos casos, sobrepõe-se aos interesses sociais. Diante disso, é preciso ter um olhar crítico, discutir quais são as prioridades das políticas públicas e se posicionar contra ou a favor das decisões governamentais que extrapolam o poder e estão na contramão dos interesses sociais.

Essa pesquisa tem caráter descritivo e bibliográfico pautado na abordagem qualitativa. Para realização desse trabalho buscamos através de referências bibliográficas discussões acerca do ensino de Geografia e sua importância para o exercício da cidadania, além disso utilizamos o questionário como instrumento de pesquisa, através da fala dos sujeitos/estudantes, pontuar elementos que durante as aulas de geografia contribuam para a proximidade com uma cidadania ativa de fato.

Nosso objetivo é levantar argumentos necessários para exemplificar a importância do conhecimento geográfico na construção da consciência cidadã, principalmente no ensino fundamental, etapa de extrema relevância na vida escolar de qualquer sujeito. Nesse sentido, nossa proposta é discutir como o ensino de Geografia interfere na vida do cidadão, quais as mudanças percebidas no pensamento individual e na consciência coletiva.

Isso se justifica pela necessidade de conhecer a realidade local, nacional e global. A Geografia, sendo uma ciência social, contribui diretamente para o relacionamento entre os sujeitos que vivem em sociedade, a capacidade de pensar traduz na mudança da natureza e consequentemente no modo de vida das pessoas. A escola é palco de grandes mudanças, seja sociais, políticas e, principalmente intelectuais. Ao entrelaçar o ensino de Geografia e a cidadania, é possível construir meios de vivência dentro e fora da escola, logo que as ações possam ser transmitidas por aqueles que fazem esse ambiente.

O local a ser realizado a pesquisa é o ambiente da escola pública, principalmente na fala dos estudantes e nas suas percepções sobre o espaço geográfico, quais são suas opiniões sobre os fenômenos sociais e ambientais. A escola na qual será realizada a pesquisa está

situada no alto sertão paraibano, na cidade de Cajazeiras-Paraíba. A escola conta atualmente com aproximadamente 750 alunos divididos entre o Ensino Infantil, o Fundamental anos iniciais e finais e a Educação de Jovens e Adultos-EJA.

A pesquisa está estruturada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo trata do conceito de cidadania, como ao longo do tempo desenhou-se os elementos essenciais para a participação social dos cidadãos na vida pública e conseqüentemente o surgimento de uma série de direitos sócias, políticos, econômicos e ambientais. Também, discutimos acerca do objeto de estudo da geografia, o espaço geográfico como palco das transformações humanas e local fundamental para o exercício da cidadania.

No segundo capítulo discorreremos sobre o ensino de geografia, como esse componente curricular influencia na formação de uma cidadania ativa e permite a formação integral do sujeito. A escola como espaço de formação e de aprendizagens, e sua função como estrutura oficial de ensino.

No terceiro, destaca-se a análise da fala dos estudantes, quais as percepções acerca da cidadania e como ela é efetivada no ensino de geografia, além disso, discutiremos como a proposta curricular para os anos finais do ensino fundamental sinalizam para uma geografia preocupada em formar cidadão críticos.

Por fim, nas considerações finais destacamos os principais apontamentos obtidos durante a realização dessa pesquisa.

1 DISCUSSÃO ACERCA DA CIDADANIA

Em busca de entender como a cidadania acompanhou o desenvolvimento do homem ao longo da história e sua evolução como ser social e político, no presente capítulo dividido em dois subtópicos, desenharemos um breve panorama do surgimento da cidadania, desde os primórdios na Grécia antiga quando começou-se a participação do cidadão nas discussões e decisões da polis grega, até o conceito contemporâneo fruto de sucessivas revoluções sociais.

Além disso, abordaremos o conceito de espaço geográfico e suas implicações na formação para o exercício da cidadania, vários autores discutirão o processo de formação cidadã, algo que pressupõe o conhecimento do conjunto de relações, fenômenos e processos presentes no meio. O cidadão além de perceber, vivenciar e influenciar esse meio, também estará sujeito as imposições e contradições percebidas no espaço.

1.1 Cidadania: fundamentos e discussões

O termo cidadania pressupõe o conjunto de direitos adquiridos pelo indivíduo logo ao nascer, expressão que ultrapassa o cunho meramente político, pois é característica imprescindível ao convívio social e ao reconhecimento de direitos civis e políticos no Estado democrático de direito. Paro (2001, p. 9-11) destaca que “O termo **cidadania** [...] detém propriedades sociais, que o faz exemplar de uma sociedade, composta por outros indivíduos que possuem as mesmas características[...]”. Desse modo, compreende algo transversal, reunindo elementos que possibilitam a interação social e ao estabelecimento das leis.

Para Marshall (1967, p. 76) “A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*”. Nesse sentido, não há limites para o exercício da cidadania ou princípio algum que estabeleça o que ou quais direitos e deveres serão impostos aos cidadãos, nesse caso há apenas instituições criadas no conjunto da sociedade para regular o que seria de fato uma cidadania ideal.

Recentemente (meados das décadas de 60 a 70) a cidadania ganhou destaque nos movimentos sociais e organizações de grupos que passaram a reivindicar soluções para as desigualdades entre as pessoas, lutando para o estabelecimento de direitos civis, sociais e políticos aos grupos marginalizados da sociedade (negros, mulheres, pobres, etc.) A cidadania passou a ser o principal argumento para construção de uma sociedade menos

desigual, o direito de reivindicar e cobrar dos governantes melhorias na educação, saúde, saneamento básico, segurança entre outros itens de interesse social corrobora para a consolidação da democracia em todo o mundo.

Historicamente os termos cidadão e cidadania, como conhecemos hoje, nasceram no decorrer do século XVIII, consecutivo ao estabelecimento da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão¹ no seio da Revolução Francesa (1784) e na carta de Direito dos Estados Unidos (1776). Porém, na Grécia Antiga já havia o princípio do conceito de cidadania, ainda que timidamente, pois esse direito de participar das decisões não se estendia aos escravos, mulheres e camponeses. Segundo Lima (2018, p. 30) “A palavra cidadania advém do latim *civitas*, que significa “conjunto de direitos atribuídos ao cidadão” ou “cidade”. Embora a ideia de “*demo-cracia*” germinasse do mesmo contexto, não era todo o povo considerado cidadão”. Legitimava-se apenas a participação do homem livre na “polis” grega, corroborando para a vida comunitária.

A cidade surge como elemento preponderante no delineamento da cidadania. A partir do surgimento do capitalismo começa o processo de ascensão burguês, daí se dá a organização social em torno das cidades, essa nova categoria social (burguesia) concebeu-se como homens trabalhadores, sujeito de direitos. O principal fundamento de cidadania na revolução burguesa, baseado nos ideais da Revolução Francesa segundo Manzini-Covre (2002, p. 9) é que “Todos os homens são iguais ainda que perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor”, isso marca o fim da desigualdade entre os homens, imposto pelo sistema feudal e monárquico, fundando o Estado Democrático de Direito.

Essa concepção de cidadão e cidadania é evidente graças ao estabelecimento do trabalho como meio de ascensão social, caminho encontrado pela burguesia para legitimar o sistema capitalista de produção. A burguesia, durante a longa fase de transição do feudalismo para o capitalismo cria o modo de viver na cidade, o homem urbano, da descentralização feudal alcançou-se a unificação das nações, principalmente durante as grandes navegações do século XVI.

Nesse contexto, o processo de valorização do trabalho ganha destaque após as revoltas religiosas e a reforma protestante no século XV. Martinho Lutero (1483-1546) e Calvino (1509-1564) promovem o rompimento dos ideais da Igreja Católica sob o direito de

¹ Este documento que tornou-se um clássico para as democracias do mundo contemporâneo, foi aprovado no dia 26 de agosto de 1789, pela Assembleia Constituinte, no contexto inicial da Revolução Francesa. Seus princípios iluministas tinham como base a liberdade e igualdade perante a lei, a defesa inalienável à propriedade privada e o direito de resistência à opressão. Fonte: historianet.com.br. Acesso em 16 out 2019.

nascimento e a doação de bens a igreja (indulgências), algo que concebia o direito de possuir “pedaços no céu”. Desse momento em diante o homem não possuía mais garantias de salvação, como meio de garantir o plano divino a ética dizia que o homem necessitava trabalhar, acumular e administrar os bens divinos na Terra, essa ideologia marca o início do processo de acumulação capitalista criando o empresário moderno, dono dos meios de produção. O estado clerical entrou em declínio, ainda mais com as formulações no pensamento de filósofos gregos e iluministas, a igreja deixa de ser o centro do mundo e do poder, passou-se a nortear uma nova racionalidade permitindo uma evolução do homem e da sua condição de igual, recuperando o ideal de cidadania estabelecido pelos gregos.

Conseqüentemente, houve a necessidade de universalizar o saber, o surgimento de princípios da escola moderna garante a consolidação da escola como local oficial da educação e, conseqüentemente as bases para o exercício da cidadania. E por meio da educação legitimou-se um modo de pensar da população, onde a cidadania só pode ser plenamente exercida se os cidadãos possuírem meios eficazes de reivindicar (MANZINI-COVRE, 2002), isso partindo do pressuposto que é necessário a compreensão dos direitos civis, sociais e políticos. É importante evidenciar que o processo de escolarização era privilégio das camadas abastardas da sociedade, diante da nova estrutura social e um novo modo de trocas proporcionado pelo regime capitalista, pressiona-se o estabelecimento de leis garantindo uma sociedade plural e igualitária.

O Estado de Bem-estar social (*Welfare state*) instalado após a Segunda Guerra Mundial promoveu o compromisso do Estado com a cidadania, provendo aos cidadãos acesso aos direitos básicos (educação, saúde, trabalho, etc.) essa postura acentuou a qualidade de vida e aproximou-se daquilo que seria cidadania nos países de primeiro mundo (OLIVEIRA, 2000).

Nesse conjunto, ao longo da história desenhou-se vários projetos de cidadania, cada qual marcado em um período específico, várias foram as reivindicações daqueles que se sentiam injustiçados, cada sociedade procurou estabelecer leis e regulamentos para alcançar a igualdade entre seus povos, e um mínimo de organização comunitária. A concessão de instrumentos democráticos foram catalizadores para a definição do atual conceito de cidadania contemporânea.

Para Lima (2018, p. 29):

O conceito contemporâneo de cidadania se estendeu em direção a uma perspectiva na qual o cidadão não é apenas aquele que vota, mas aquela pessoa que tem meios para exercer o voto de forma consciente e participativa. Portanto, cidadania é a condição de acesso a direitos que

permitem ao sujeito desenvolver suas potencialidades, incluindo a de participar de forma ativa, organizada e consciente da vida coletiva no Estado.

A cidadania como percebemos hoje requer um sujeito participativo, as decisões precisam estar em consonância com os anseios da sociedade, tal característica é marcada através da história, no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo que a cidadania iguala a todos perante a lei, mascara as desigualdades impostas pelo sistema capitalista, nem todos possuem meios necessários para alcançar o status de “cidadão pleno”.

Manzini-Covre (2002, p. 11) ressalta que:

[...] a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do (s) homem (s) no Universo.

Benevides (1994), esclarece que ser cidadão é possuir um vínculo institucional com o Estado, dessa forma, exercer a cidadania no contexto atual abrange o sujeito possuidor de direitos, mas também uma série de deveres constitucionais. A própria definição de cidadania, segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa destaca essa condição de indivíduo membro do Estado, assim ele a conceitua: “*qualidade ou condição de cidadão; condição ou dignidade de quem recebe o título honorífico de cidadão; condição de pessoa que, como membro de um Estado, se acha em gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política*” (HOUAISS, 2001, p. 714, grifo do autor).

Demo e Oliveira (1995, p. 14) entendem cidadania como “a competência histórica em termos de decidir e efetivar a oportunidade de desenvolvimento humano sustentado”. Além de “compreender criticamente a realidade e de, com base nessa consciência crítica elaborada, intervir de maneira alternativa; trata-se de fazer-se sujeito histórico e como tal participar ativamente”.

Por isso que, para adquirir a condição de cidadania plena o cidadão necessita percorrer um longo caminho, antes de conquistar a sua emancipação individual é necessário o reconhecimento de sua condição como ser social e político, processo que requer lutas constantes, é imprescindível a reivindicação de garantias dos direitos básicos, desse modo Pinsk e Pinsk (2010, p. 9) ressaltam que:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e

políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais, fruto de um longo processo histórico que levou a sociedade ocidental a conquistar parte desses direitos.

Farias (2007) também colabora para uma discussão sobre cidadania, levando em conta o processo de construção de uma sociedade igualitária, no qual todos possam usufruir com equidade os benefícios sociais conquistados a duras penas ao longo da história. Porém, enfatiza o longo processo de desmonte no qual vem sofrendo o Estado-democrático; perdeu-se a capacidade de equalizar as normas e leis no território nacional, principalmente após a internacionalização das instituições que regulamentam a nível mundial.

Essa cidadania, no contexto da globalização², permite ao Estado ampliar as desigualdades, a sua função de garantir elementos básicos ao cidadão estaria comprometendo a atuação do estado, negando-se o direito pleno da cidadania ao permitir influências e interesses particulares, a cidadania, segundo a autora, seria um instrumento utilizado pelo capitalismo para compensar as desigualdades sociais impostas pelo sistema.

Jelin (1994) considera que a conquista da cidadania propõe mudanças ao homem enquanto ser social e político, seu posicionamento é marcado pelo projeto de uma sociedade onde não haja privilégios, por isso a garantia de uma igualdade entre todos, mesmo que apenas no campo jurídico. Há nesse caso uma série de implicações que ultrapassa o tempo, uma vez que o conceito de cidadania implica uma “prática conflituosa vinculada ao poder que reflete as lutas sobre *quem poderá dizer o que*, ao definir quais são os problemas comuns e como serão tratados” (VAN GUNSTEREN, 1978 apud JELIN, 1994, p. 45). Isso decorre do próprio processo de construção do conceito, tanto a cidadania quanto aos direitos estão em constante processo de mudanças, historicamente evidenciando o caráter mutável da cidadania.

Nesse ínterim estaria o compromisso cívico do cidadão com a coletividade, seria por meio de sua consciência e participação pública que o colocaria como sujeito de direitos unindo-o à comunidade e participando do processo de formação de organização social, além da discussão, construção e execução dos direitos próprios aos cidadãos.

Para Santos (1996) a cidadania implica no conhecimento do conceito de território, pois, este reflete a economia e a cultura material e imaterial, sem uma gestão eficiente do

² A globalização econômica tende a produzir um declínio na qualidade e significação da cidadania, a não ser que a ideia de filiação política e identidade existencial possam ser efetivamente vinculadas a realidades transnacionais de comunidade e participação num mundo ‘pós-estatal’ ou ‘pós-moderno’ (VIEIRA, 2019, documento eletrônico).

território estaríamos vivendo uma cidadania incompleta, sua efetivação se daria com a noção social do espaço, essa espacialidade daria condições para o homem denunciar a exploração sofrida pelo capital.

Desse modo deveria haver uma “Geografização da cidadania”, o território ao ser compreendido como local de disposição dos elementos necessita de um constante rearranjo, tanto no conjunto de direitos territoriais bem como os direitos culturais, organização que garantiriam o mínimo possível de objetos ao exercício da cidadania.

Historicamente, o processo educativo do homem contribuiu como um dos meios para a vida em sociedade, desenvolvendo forças produtivas e de subsistência para a transformação social, corroborando com o exercício da cidadania (LIMA, 2018). A cidadania deve ser encarada como algo essencial ao ser humano, isso é o que nos difere de outras espécies, a capacidade de organização e o estabelecimento de normas que regulam a vida em sociedade é algo imprescindível.

Foi no contexto educacional que as práticas cotidianas ganharam respaldo, o cidadão pôde alcançar certa autonomia ao possuir um conjunto de elementos que propiciaram sua participação na sociedade, além de conhecer e interpretar os fenômenos de natureza social, políticos e econômicos.

Isso compreende a capacidade de percepção do espaço geográfico pelo cidadão, principalmente na organização e arranjo dos elementos que o compõe, sem relações humanas não haveria a necessidade de reivindicar direitos, nem seria possível pensar na construção de uma sociedade sem desigualdades ou exercer a cidadania. O conhecimento do espaço é essencial, portanto, a necessidade de discorrer sobre suas características, seu desenvolvimento e sua inter-relação com a cidadania.

1.2 O espaço geográfico e a cidadania

A noção de cidadania pressupõe a compreensão das relações sentidas e vividas no lugar e no espaço. O espaço, categoria chave da Geografia, ultrapassa várias conotações, principalmente no que diz respeito a sua construção teórica. O uso da terminologia “espaço” é recorrente no linguajar dos mais variados campos científicos, porém, é na Geografia que delineou-se discussões sobre o aparato teórico metodológico da categoria espaço. É preciso enfatizar que nem sempre a geografia preocupou-se em analisar a questão espacial, tomando como referência outras categorias geográficas de representação.

Corrêa (2007) discute como ocorreu a apropriação do espaço como categoria de análise da Geografia, as abordagens sobre o espaço, bem como os outros conceitos foram variar no decorrer da sistematização do conhecimento geográfico.

Na Geografia Tradicional sequer o espaço era considerado conceito-chave privilegiando os debates nos conceitos de paisagem e região, a expressão Espaço aparece inicialmente alinhado a noção de Território, Ratzel em sua antropogeografia constrói o conceito de espaço vital, expressão utilizada para estabelecer o equilíbrio entre meio natural e a população, nesse conceito, Ratzel fundamenta a dominação dos territórios e consequentemente justifica o expansionismo imperialista. Hartshorne, outro autor que proporciona uma discussão sobre espaço na geografia tradicional, considera o conceito enquanto espaço absoluto, ou seja, “a interligação de pontos entre si, independentemente de qualquer coisa” (CORRÊA, 2007, p. 18).

Na Corrente Teorético Quantitativa o Espaço ganha outra conotação, aparecendo pela primeira vez como um conceito-chave da geografia. As profundas transformações que sucederam a ciência geográfica no contexto pós-Segunda Guerra Mundial implicaram na aproximação com o raciocínio lógico matemático, o método hipotético-dedutivo e a unicidade em torno das ciências naturais em torno da Física. Para Alentejano (2000, p. 10):

O espaço é visto como geometria, um conjunto de pontos e distâncias, como nos anéis concêntricos de Von Thünen, na hierarquia de lugares centrais de Christaller, ou na teoria da localização de Weber, exemplos de teorias baseadas na diferenciação espacial, numa perspectiva claramente geométrica

Nessa corrente evidenciava-se o uso da tecnologia e modelos para interpretação dos fenômenos, a paisagem é deixada de lado, a região reduzida a meras representações estatísticas. A concepção de espaço utilizada pelos geógrafos lógico-positivistas limitou-se a apreensão do real, Corrêa (2007, p. 23) assim descreve “Nessa concepção, de outro lado, as contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegadas a um plano secundário”, essa noção serviu apenas para legitimar o domínio do capital, mascarando os problemas sociais, tornando o conhecimento geográfico um saber técnico preocupação apenas em revelar os fatos por meio de modelos matemáticos.

Na corrente denominada de Geografia Crítica, apoiada no materialismo histórico e dialético buscou-se romper com o tecnicismo da Corrente Teorético-Quantitativa. O Espaço, considerado agora como conceito-chave é entendido como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade (CORRÊA, 2007). Os geógrafos, aliados

ao pensamento de Marx criticaram a posição negligente da Geografia tradicional e da teórica com as causas sociais, a partir daí, sob nova perspectiva, como espaço social, vivido, em estrita correlação com a prática social.

Os geógrafos encontram em Henri Lefébvre, um teórico marxista, fundamentos que colaboram para um entendimento daquilo que deveria ser a real compreensão do espaço que segundo Lefébvre ultrapassa o caráter meramente social, mas também possui viés político. O espaço seria nesse sentido a correlação de todos os objetos que compõe o instrumental de transformação do homem, nesse entendimento Lefébvre (2010 apud. CORRÊA, 2010, p. 25):

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção.

Para Santos (2008) o espaço é entendido como categoria socioespacial, é impossível conceber o objeto da geografia sem antes recorrer aos modelos de produção e reprodução da sociedade, decorrentes principalmente da formação socioeconômica. Não tem fundamento interpretar o espaço sem conceber seu caráter histórico, pois o homem constrói e reconstrói dentro do espaço, o autor admite a dificuldade que acompanhou a história do pensamento geográfico e a negligência dos geógrafos em conceber o espaço como objeto da Geografia, Santos (2008, p. 145)

Se uma ciência se define por seu objeto, nem sempre a definição da disciplina leva em conta esse objeto. Este é, particularmente, o caso da geografia, cuja preocupação com o seu objeto explícito – o espaço social – foi sempre deixada em segundo plano. Insistimos em que essa falha é uma das causas do seu atraso no campo teórico metodológico e tem responsabilidade pelo seu isolamento. Insistimos em que não pode haver progresso científico sem meditação a propósito da forma como os diferentes aspectos da realidade são estudados.

Essa demora na definição de seu objeto, a Geografia foi relegada a segundo plano nas discussões sobre o espaço, por muito tempo insistiu-se na cientificidade dos debates geográficos em nas suas teses, comprometendo o seu avanço como campo científico.

Desse modo, Santos (2008) vê a necessidade de discutir o conceito de espaço, as implicações que durante anos permitiram várias mutações do conceito serviram para endossar a construção de um sistema que permitisse aos estudiosos uma explicação da totalidade e a interconexão de categorias de análise geográficas. A partir disso, refere-se ao espaço humano e social, sujeito porém, ao conjunto de formas e funções que durante o processo histórico possuíram várias conotações, assim como as transformações da sociedade, por isso que não existiria um conceito fixo, para Santos (1996, p. 122):

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.

O espaço, segundo Santos (2008) deve partir da compreensão do todo, da totalidade, nesse sentido deve-se buscar o conjunto das partes, sua discussão dialética caminha em direção ao entendimento da sociedade como totalidade, portanto o espaço sendo indissociável dela. O conjunto que transforma a sociedade e origina o espaço geográfico é muito complexo, para isso antes de compreender a totalidade do espaço, Santos (1992) elege quatro categorias de análise: forma, função, processo e estrutura. A forma, é a aparência, aquilo que é externo, o aspecto visível de uma coisa, bem como o arranjo ordenado de objetos. A função, é a tarefa desempenhada por uma forma. A estrutura “implica a inter-relação de todas as partes de um todo” e o processo refere-se a “uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer” (SANTOS, 1992, p.50). No entanto, essas categorias não devem ser tomadas isoladamente, uma vez que não revelariam o aspecto da totalidade mas apenas realidades parciais. Santos, (1992, p. 52) ressalta que:

Forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo. A descrição não pode negligenciar nenhum dos componentes de uma situação. Só se pode compreender plenamente cada um deles na medida em que funciona no interior da estrutura total, e está, na qualidade de uma complexa rede de interações, é maior que a mera composição das partes.

O conhecimento dessas categorias implicam na diferenciação das estruturas e processos sociais que, decorrentes do processo histórico ganham novos significados, a organização espacial é desse modo compreendida ao mesmo tempo na sua totalidade bem como em suas partes, uma vez que estão sujeitos a constantes transformações. Nesse debate, é cada vez mais evidente a necessidade de considerar a dimensão histórica, as ações responsáveis por intervir nos espaços são decorrentes das condições impostas por cada sistema histórico em diferentes recortes temporais. Esses elementos espaciais vão ao longo do tempo sendo sobrepostos a elementos cada vez mais modernos, portanto, são coexistentes.

Elementos que são formados pelo conjunto de fixos e fluxos, determinados pelas ações, modificados ou renovados segundo a configuração territorial, também segundo a utilidade estabelecida pelo homem, por isso que para Santos (2012, p. 63) “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

O trabalho, é para Santos (2008) o mecanismo que movimenta a sociedade, cria e recria o espaço geográfico através do processo de apropriação da primeira natureza, ainda predominando elementos naturais, que aos poucos vão sendo substituídos por objetos criados artificialmente. Essa processo de produção e reprodução do espaço é influenciado pelas forças do mercado que impõe as necessidades sociais, econômicas e políticas.

O processo de produção e reprodução da sociedade que através do trabalho impulsiona o homem a reverter a primeira natureza ainda intocada em segunda natureza no qual prevalece elementos construídos, nesse sentido o espaço, segundo Moreira (1994, p. 85-86) passa a ser o resultado da interação homem-meio:

O espaço geográfico é a materialidade do processo de trabalho. É a “relação homem-meio” na sua expressão historicamente concreta. É a natureza, mas a natureza em seu vaivém dialético: ora a primeira natureza que se transforma em segunda, ora mais adiante a segunda que reverte em primeira, para mais além voltar a ser segunda.

Desse modo, interferindo na natureza, o homem cria mecanismos para sua própria sobrevivência, a natureza passa, nesse sentido, a compor o campo de atuação do homem e prover os meios necessários para sua passagem a ser social. Partindo dessa primeira interação com a natureza surge conseqüentemente a relação homem-homem, que é antes de tudo a

necessidade de organização no qual será concebido os meios necessários a sobrevivência, “O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (SANTOS, 1996, p 161).

O espaço, produto das relações humanas seria cada vez mais artificial, os elementos da natureza passariam a compor o mundo da subjetividade, a relação homem-meio mediado pela técnica resultaria em objetos que já nascem com uma intencionalidade, o homem como ser ativo desse processo de transformação é a ele relegado o direito de participação, tornando-se posteriormente alheio ao espaço que ajudou a construir.

O processo de alienação do espaço é causa e consequência da ampliação dos instrumentos artificiais. O mercado condiciona o homem a mero consumidor ou no dizer de Santos (1993, p. 13) “Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário”. Essa condição de usuário ao homem permite a sua manipulação pelo capital, que regula o que, onde e como será a disposição dos objetos no espaço. Há nesse contexto um distanciamento daquilo que realmente interessa ao cidadão, sua atuação é reduzida a um segundo plano, agora é o mercado que regula a vida em sociedade e o consumo molda o caráter dos indivíduos.

A cidadania é, desse modo, subjugada, nunca é possível enxergar o que está explícito nos objetos, nas coisas e nos interesses do mercado, sendo assim o cidadão é sempre incompleto. Essa característica desenraiza o indivíduo do território, pois, tudo aquilo que compõe o arranjo territorial não foi produto das relações culturais, o espaço é, nesse sentido, um aliado do mercado, um produto de alienação do homem.

Nesse contexto, Damiani (2005) favorece uma discussão acerca do conhecimento geográfico no delineamento da cidadania, a interação entre espaço geográfico e espaço social deve ser objeto de preocupação da Geografia, sendo o conhecimento do arranjo espacial o precursor do distanciamento de uma cidadania ativa³.

Os antagonismos que o estudo da Geografia pode revelar, define o rótulo de ciência do espaço. Diante das transformações ocorridas com a aceleração da industrialização, da globalização e da técnica, o meio esteve cada vez mais distante de satisfazer as demandas da população, daí o processo de alienação do espaço.

Santos (1993, p. 8) destaca que “A cidadania pode começar por definições abstratas, cabíveis em qualquer tempo e lugar, mas para ser válida deve poder ser reclamada”, por isso o

³ A noção de cidadania envolve o sentido que se tem do lugar e do espaço, já que se trata da materialização das relações de todas as ordens, próximas ou distantes. Conhecer o espaço é conhecer a rede de relações a que se está sujeito, da qual se é sujeito. Alienação do espaço e cidadania configuram um antagonismo a considerar (DAMIANI, 2005, p. 50).

caráter social da Geografia, sua preocupação enquanto ciência do espaço é proporcionar o esclarecimento devido ao cidadão, o processo educativo é parte essencial na construção da cidadania, e a geografia não pode ficar de fora, pois, não existiria cidadão sem a apropriação do espaço, reconhecendo sua produção e se reconhecendo nela.

A cidadania, nesse contexto, está atrelada a percepção dos instrumentos do espaço, onde é possível várias interpretações. O homem como produtor e produto do espaço necessita de meios que propicie sua libertação enquanto sujeito de direitos, propondo e discutindo leis que possam lhe garantir trabalho, educação, saúde, meios necessários a vivencia em sociedade, possibilidades que podem ser efetivas com o auxílio do conhecimento geográfico dentro do espaço escolar.

Esse espaço de formação deve contemplar uma série de elementos que propiciam o olhar crítico sobre os fenômenos sociais. A escola é um micro espaço onde realiza-se uma série de conhecimentos essenciais à cidadania, sua importância é singular na construção do pensamento humano e na sociedade organizada.

2 A GEOGRAFIA, O ENSINO E A FORMAÇÃO CIDADÃ

A Geografia, ciência do espaço, está presente no currículo do ensino básico como componente das ciências humanas, seu objetivo como disciplina escolar é relacionar os fenômenos naturais e humanos terrestres. Desse modo, podemos entender como ocorre as transformações no espaço e a apropriação por diferentes sociedades, construindo assim sua identidade com o lugar de morada.

Sua importância para a construção da cidadania é evidenciada no ambiente escolar, colaborando com a percepção dos fenômenos sociais, ambientais, políticos e econômicos ainda nos anos iniciais do ensino fundamental. A cidadania deve ser construída, é importante pensar o espaço e compreendê-lo, decifrar os símbolos que possibilitam o reconhecimento como ser social e cidadão.

Nesse capítulo buscaremos discutir a relação do ensino de Geografia para a formação da cidadania, evidenciando a importância do conhecimento geográfico e do seu objeto de estudo para a concretização do pensamento crítico, além de discutir sobre o espaço escolar como meio de produção e reprodução da cidadania.

2.1 O ensino de Geografia e a formação para a cidadania

O desafio atual do ensino de Geografia é permitir que o aluno, ao perceber o mundo, construa novas percepções, dessa forma poderá participar ativamente da sociedade. Nessa perspectiva que Kaercher (2004) enfatiza o papel da Geografia enquanto disciplina escolar, destacando a vivência que esse conhecimento deve propiciar, ou seja, a construção da cidadania em uma sociedade democrática e igualitária, perfazendo com isso a ambientação há variados temas políticos, sociais, econômicos e humanitários.

Para Kaercher (2004) é o fortalecimento da identidade que os conteúdos de geografia deverão reforçar. Nesse caso a relação do Homem/Meio, mediado pelo conhecimento geográfico e a construção de conceitos. Sem o homem não há espaço geográfico, sua construção é particularmente através de sua participação crítico/social.

Nesse aspecto Batista (2013, p. 18) ressalta que:

A geografia crítica escolar busca enfatizar a vivência dos alunos, as suas experiências e a sua condição de vida. Interessa-se em formar alunos críticos, aptos a exercer a sua cidadania como agentes, participativos e críticos diante dos obstáculos impostos.

Não há exercício da cidadania sem a manifestação crítica do sujeito, o entendimento dos fenômenos da sociedade vão além daquilo que nos é apresentado, precisa ser debatido através de conceitos e construções lógicas fundamentadas, sem essa interação estamos formando apenas cidadão alheios dos seus direitos e deveres, agentes passivos das decisões políticas.

A Geografia escolar é apontada como a interlocutora do saber acadêmico no ensino fundamental. Destaca-se as reflexões de vários pesquisadores sobre mudanças significativas no ensino de Geografia nas escolas. Porém, ainda percebe-se um conhecimento conteudista, no qual é enfatizado muitos aspectos da Geografia dos lugares sem uma conexão com espaço vivido, percebido e sentido. Cavalcanti (2013, p. 47) enfatiza:

A reflexão sobre Geografia e suas diferentes possibilidades de abordagens estabelece pontos iniciais sobre essas abordagens no ensino e suas implicações. [...] é sobre um modo de conduzir e orientar a disciplina, um modo de focar o conteúdo e de dar encaminhamento às atividades nas diferentes séries e salas de aula. Ou seja, trata-se de levantar questões atinentes ao método de ensino, ao modo de guiar o processo de ensino para que o aluno aprenda Geografia e se desenvolva intelectualmente, como sujeito de conhecimentos.

Indiscutivelmente, o saber geográfico possui “[...] A finalidade de ensinar Geografia para crianças e jovens deve ser justamente a de os ajudar a formar raciocínios e concepções mais articulados e aprofundados a respeito do espaço [...]” (CAVALCANTI, 1998, p. 24). Com esse objetivo a Geografia subsidia uma releitura do mundo, facilitando a apropriação de conceitos-chaves na interpretação do espaço geográfico.

Essa formação deve partir do contexto social no qual o aluno está inserido, suas vivências são importantes na construção de conceitos geográficos e nas suas interpretações de mundo, sem essa contextualização fica difícil construir um raciocínio mais abrangente e próximo do meio que influencia o sujeito educando.

Callai (2001) também faz reflexões bastantes pertinentes sobre a Geografia escolar discutindo sobre a importância da Geografia como componente curricular no ensino básico, principalmente na construção da cidadania. Será a partir do conhecimento geográfico, numa perspectiva social que o ensino de Geografia, como componente curricular, deve fundar-se no

saber pedagógico construído. Ou seja, a racionalidade passa a ser o desenvolvimento de um “raciocínio lógico, da criticidade, a instrumentalização para usar o conhecimento, a capacidade de pensar e especialmente de poder construir o pensamento com autoria própria”.

Segundo Callai (2001) ao discutir cidadania nas aulas de geografia é necessário enfatizar quais mudanças queremos para a sociedade. O caráter social do conhecimento geográfico possibilita a integração de temas importantes dentro e fora da escola, dessa forma quebrando com a indissociabilidade dos fenômenos espaciais.

Esse saber outrora construído, pertinente a Geografia, é tangenciado pela construção de conceitos. A aprendizagem passa por variadas percepções, nesse caso é influenciado pelo meio, e também a este influencia. Ao construir conceitos, o aluno reflete sobre sua realidade, superando o senso comum, nesse caso, os ensinamentos de Geografia vão além dos conteúdos, mas orientam na formação política do educando (MOURA & ALVES, 2002).

Cavalcanti (1998) ressalta que a aprendizagem de conceitos requer uma consciência espacial. Pressupõe, nesse caso, o reconhecimento por parte do aluno como parte integrante de um sistema mais abrangente e complexo. A espacialidade, segundo a autora, requer a construção de conceitos sistematizadores que possibilitem a apreensão do espaço enquanto lócus das práticas sociais. Porém, é preciso que o aluno sinta-se inserido como cidadão do mundo, reconhecendo e contextualizando os fenômenos desde uma escala local à regional, nacional e global⁴.

Nesse sentido ao enfatizar a espacialidade, a geografia como disciplina escolar, proporciona conhecimentos acerca do mundo, tudo está interligado, necessitando para isso instrumentos que possam trazer para a sala de aula exemplos da realidade socioespacial mundial, daí a necessidade de compreensão do espaço pelo educando através de discussões e práticas contextualizadas.

Pontuschka *et. al* (2009) destacam que esse processo de construção de conceitos na Geografia Escolar, é fundamental para o reconhecimento da realidade, para tanto não significa

⁴ O trabalho de educação geográfica na escola consiste em levar as pessoas em geral, os cidadãos, a uma consciência da espacialidade das coisas, dos fenômenos que elas vivenciam, diretamente ou não, como parte da história social. O raciocínio espacial é importante para a realização de práticas sociais variadas, já que essas práticas são práticas socioespaciais (...) Esse fato torna o conhecimento geográfico importante para a vida cotidiana. Por outro lado, a complexidade do espaço geográfico global é de compreensão mais difícil para o cidadão, necessitando para isso de referências mais genéricas e sistematizadoras, para além das referências cotidianas. O ensino de geografia tem a finalidade de trabalhar essas referências na escola, as mas genéricas e sistematizadas em contato com as cotidianas (CAVALCANTI, 2012a, p. 174 apud CAVALCANTI, 2002, p. 12-13).

permanecer preso ao bairro ou cidade, mas também variar a escala de análise para compreender a totalidade, dessa maneira retomar ao particular mais enriquecido, passo importante na prática dentro da sala de aula e na vivência com o lugar, contribuindo significativamente para a autonomia. Só assim será possível construir uma cidadania plena, no qual é mister a capacidade de perceber as contradições no espaço.

Nesse sentido reafirma-se mais uma vez o caráter particular da Geografia na construção da cidadania:

Ela tem um papel fundamental como ciência do espaço, se não se imaginar soberana, única a lidar com o tema e se envolver uma proposta filosófica, ampla, na qual trabalhe no limite do que lhe é residual, passando de um conhecimento fragmentário para um conhecimento total (DAMIANI, 2005, p. 53).

O caminho em busca da cidadania deve recuperar a noção do espaço social, enquanto as transformações são cotidianas no espaço e no tempo, a geografia pode contextualizar essas transformações, como ciência do espaço e disciplina escolar sua atuação implica no conhecimento da diversidade social, além da possibilidade de apreensão do mundo e sua pluralidade.

Vesentini (2004) discute o papel da Geografia no século XXI, e para o autor a Geografia enquanto Ciência e principalmente como disciplina escolar, não deve ser mais aquele saber decorativo, mnemônico, nem ser aquele conteúdo doutrinador vivenciado na Geografia Tradicional. Todavia, destaca que a Geografia deve possibilitar o descobrimento do mundo, ensinando os aspectos em várias escalas, dessa forma ampliando a capacidade de pensar criticamente o espaço e suas relações.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs (BRASIL, 1998) no que concerne ao ensino de Geografia na educação básica, destaca o comprometimento do saber geográfico com o exercício da cidadania, ressaltando a importância de se trabalhar situações no qual o aluno possa ampliar sua visão dos lugares e do mundo. Espera-se, nesse caso, que as relações construídas possam contribuir para o pensamento coletivo, das interações entre as sociedades e a dinâmica da natureza que ocorrem em diferentes momentos históricos:

A Geografia é uma área de conhecimento comprometida em tornar o mundo compreensível para os alunos, explicável e passível de transformações. Neste sentido, assume grande relevância dentro do contexto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em sua meta de buscar um ensino para a conquista da cidadania brasileira (PCNs, 1998, p. 26).

O conhecimento da Geografia se torna imprescindível ao cidadão, as transformações ocorridas no espaço são cada vez mais dinâmicas, a cidadania pressupõe a construção do pensamento crítico e do reconhecimento enquanto sujeito de direitos e deveres. O espaço geográfico, um misto de símbolos e significados, sendo a Geografia um instrumento de emancipação e descobrimento das desigualdades sociais.

Nesse contexto atual Castellar & Vilhena (2011) trabalham a Geografia Escolar atrelada as novas possibilidades de ensino/aprendizagem. As informações decorrentes do período técnico-científico-informacional exigem a cada dia novas roupagens para o ensino, especialmente ao de Geografia. O espaço geográfico absorve as contradições em relação aos ritmos estabelecidos pela técnica e as informações, havendo assim, de certa maneira alterações no comportamento da população dos diferentes lugares.

Ao adquirir conhecimentos geográficos atesta-se a capacidade de realizar conexões, analogias, saber diferenciar e localizar, bem como entender a ordem vigente e compreender a distribuição dos fatos ou fenômenos no tempo e no espaço. Essas habilidades indispensáveis, ressaltam a dinamicidade do conhecimento geográfico, dessa forma orienta-se espacialmente, perfazendo o reconhecimento das características locais, nacionais e globais.

Como enfatiza a BNCC (2017, p. 357):

Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças.

Estudar geografia não é simplesmente enumerar paisagens e conhecer a localização de países, rios, cadeias de montanhas etc., há expresso nesses conhecimentos uma relação com as diversas culturas, que ao mesmo tempo possibilita o processo de construção da identidade com o lugar de morada. Essa construção se dá através da apreensão das formas e paisagens que compõe o espaço, conseqüentemente motiva o processo onde os indivíduos constroem sua história e a história da sociedade.

A geografia não é somente uma matéria escolar, suas análises são indispensáveis para toda estratégia. Segundo Gibbin (1989) tanto na ordem política, social, econômica ou militar, é necessário saber pensar o espaço, sua organização, e dessa forma pensar maneiras de como atuar e lutar nesse espaço.

Essa atuação se dá de variadas formas e possui vários significados, dependentes do conjunto de organização do espaço. Todos os fatores econômicos, políticos e sociais não são alheios a realidade do espaço, daí a importância do conhecimento geográfico em sala de aula fazendo a ponte entre o homem e a natureza que, segundo Oliva (2005 apud FARIAS, 2007, p.31) elenca a superação do caráter descritivo e enumerativo, mas a possibilidade do uso de seu objeto para a compreensão da realidade:

A Geografia, por intermédio de seu objeto de estudo – espaço geográfico – pode, e deve, oferecer elementos necessários para o entendimento de uma realidade mais ampla. Assim, a geografia não é a descrição sumária de dados e problemas e sua distribuição regional. Sem os instrumentos teóricos adequados, não se chega a uma análise e interpretação global dos fenômenos. Pensar as relações espaço geográfico e sociedade, global e local, moderno e tradicional, por exemplo, são aspectos indispensáveis para a elaboração de uma geografia que não seja meramente descritiva ou de localização.

As questões geográficas estão a cada dia mais presentes no debate público, mesmo que não reconhecidas à primeira vista estão condicionando a vida em sociedade, temas como meio ambiente, globalização, cidadania etc., são evidentes nas discussões governamentais e na mídia falada, escrita e televisionada. Mas é na escola que podemos notar a presença de conteúdos fundamentais para a transformação do pensamento.

Nesse caso, necessitamos discutir a escola como espaço integrador, sua relação com ensino de geografia e a formação para o exercício da cidadania, pensando principalmente a organização desse espaço, local de aprendizagem, formação e sua dimensão simbólica na construção da sociedade.

2.2 Uma reflexão sobre o espaço escolar

Há evidentemente diversos espaços de manifestação da cidadania, principalmente aqueles que desempenham a função social de formação intelectual, esses locais são marcados pela sua singularidade dentro da comunidade ou bairro, onde os sujeitos educandos possam

construir sua identidade como ser social. Nesse sentido, a escola, desempenha papel fundamental na construção de uma consciência para a cidadania. Como local de aprendizagem incorpora aquilo que está para além dos seus muros trazendo elementos que possam despertar a curiosidade e muito mais profundamente o pensamento crítico. Dessa forma que o conhecimento do espaço e sua materialidade é interpretada dentro da escola inicialmente. A escola é, nesse sentido, o mundo sob várias interpretações.

Diante da rapidez dos fenômenos ocorridos no meio, é preciso que a escola, a educação e o ensino de Geografia estejam comprometidos com a formação integral do sujeito, ampliando sua capacidade de ver e olhar as contradições impostas na/pela sociedade. Diante disso, o ensino de Geografia na escola necessita de um entrelaçamento com aspectos do fazer/ser cidadão, buscar o reconhecimento dos direitos e deveres é condição *sine qua non* para qualquer sujeito no mundo contemporâneo.

O envolvimento da Geografia com uma cidadania ativa pressupõe o conhecimento de direitos e deveres inerentes ao cidadão, isso implica que a participação do sujeito na sociedade deve estar condicionada a sua formação humana e política. Enquanto cidadão detentor de direitos, há também uma série de deveres que impõe sua vivência em comunidade, portanto, é preciso um direcionamento por parte da escola, contribuindo com seus saberes e experiências educativas, nesse ínterim cabe ao ensino de Geografia um posicionamento dentro dessa formação para a cidadania e com a emancipação crítica do sujeito educando.

Pereira e Carloto (2016, p. 6) assim destacam a função social da escola:

A escola, enquanto espaço de desenvolvimento e aprendizagem, envolve todas as experiências contempladas no processo de educar, considerando tudo como significativo: aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos, os quais estão inseridos nas interações e relações entre os diferentes segmentos presentes na escola.

É preciso entender que exercer a cidadania plena requer uma série de instrumentos. O processo de formação pessoal e intelectual se dá em várias instancias sociais, uma delas sendo a escola do ensino básico, onde efetiva-se o ensino de Geografia. Os conhecimentos relativos aos fenômenos sociais e físicos necessitam de uma espacialização, é necessário compreender o que, como e por que desses fenômenos no mundo, em escala local, nacional e global.

O principal campo de atuação do ensino de geografia é o ambiente da escola pública, local de formação e reprodução da sociedade, sua configuração está ligada estreitamente ao nível local, principalmente ao bairro no qual está inserido, porém, sofrendo interferências do conjunto de decisões políticas em nível nacional e internacional. As aprendizagens e

descobertas são plurais e multifacetadas, primordiais para o descobrimento dos direitos e deveres inerentes ao cidadão. Por isso que o ambiente escolar carrega dentro da sua configuração alguns conceitos geográficos tais como: espaço, território e lugar, merecendo nesse sentido um olhar atento nas discussões dos geógrafos. Para Sato e Fornel (2011, p. 53) “Conhecer a organização do espaço escolar e as relações entre os sujeitos é uma necessidade, na medida em que a aula não é um acontecimento isolado de uma sala, mas está inserida no espaço social de uma instituição de ensino”.

Ao pensarmos a organização do espaço escolar, ensejamos entender como a estrutura desse ambiente promove a conscientização social, bem como o conjunto de relações que ultrapassam a sala de aula. A geografia como ciência do espaço necessita incorporar em suas discussões a escola como *lócus* inicial da cidadania, sem o processo de ensino aprendizagem dificilmente alcançaríamos a construção de uma sociedade em que todos possam contribuir na construção de elementos necessários a convivência social.

Como espaço, a escola é nesse sentido o conjunto de relações que cotidianamente se concretizam na formação intelectual do sujeito, ao apropriar-se do conhecimento esse espaço constrói movimentos e relações humanas que transformam a vida e conseqüentemente ao exercício da cidadania. Porém, o espaço escolar também pode servir como instrumento de legitimação do próprio capital, daí obscurecendo ao invés de esclarecer, pois estaria apenas fomentando os ideais de alienação do homem. Farias (2007, p. 30) discute a escola como espaço de convivência social, importante na construção da cidadania:

A partir da organização do espaço geográfico e de forças sociais que nele atuam, a construção da cidadania se viabiliza. Viabiliza-se também na escola, enquanto instituição que não se isola nela mesma mas se articula com outras instâncias, cujas as forças podem ser mais expressivas que a sua própria, também se forma o cidadão.

Articulação que necessita de intermediação, ambos, espaço geográfico e escolar, são revelados por meio da superação do senso comum e da pluralidade de ideias, captando elementos para formação crítico social do sujeito, trabalhando com a valorização dos valores, crenças, culturas e costumes historicamente produzidos, havendo a apropriação por parte dos alunos dos variados significados desses elementos.

Ao configurar-se como modelo da sociedade a escola propicia, em sua estrutura, todo um jogo de intenções por trás do processo de ensino, as diretrizes, regulamentos e o próprio currículo são projetados de acordo com as normas internacionais criadas pelos principais

organismos multilaterais até as instituições locais e a própria escola. Desse modo, constrói-se toda uma hierarquia dentro da estrutura, com agentes externos influenciando as decisões na elaboração dos planos de conteúdo. As relações de poder permitem a configuração do território escolar, soberano e em alguns casos intransponível.

Como local oficial de aprendizagem, a escola mantém relações interpessoais de afetividade, onde o sujeito acha-se integrado, é no lugar que estabelecemos as relações pessoais, culturais e históricas. O espaço escolar guarda toda uma carga simbólica, marcada pelas relações afetivas com o chão e com os agentes envolvidos na sua construção. Os sujeitos são marcados pelas conquistas além das redes de relações construídas durante o percurso escolar.

Todo esse conjunto de fatores influencia a formação inicial do educando, a cidadania é compreendida através das visões de mundo, é extremamente importante a escola e sua atuação na formação cidadã, como estabelecimento oficial de ensino e como campo de construção de relações sociais.

Para Cavalcanti (2012a, p. 143):

A tarefa da escola é justamente propiciar elementos, por meio do ensino de diferentes conteúdos, especialmente os de geografia, para que os alunos possam fazer um elo entre o que acontece no lugar em que vivem, na sua vida, no seu cotidiano, e o que acontece em outros lugares do mundo [...].

A escola além de local de aprendizagem, conecta os alunos (as) com o mundo, através dos conteúdos das várias disciplinas com o espaço, onde manifesta-se concepções, sonhos, ideologias. Sua relação com a cidadania, está na capacidade de formar cidadãos bem informados.

2.3. Um olhar para o lugar da pesquisa

Nesse sentido, escolhemos como campo da pesquisa a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Cecília Estolano Meireles, assim, necessitamos discorrer sucintamente sobre o contexto de criação do núcleo escolar e alguns elementos que se tornaram relevantes para a pesquisa em questão.

A escola foi construída no governo de João Agripino Filho, entre os anos de 1962 e 1970, com o então surgimento do bairro Casas Populares seu objetivo era atender os filhos em idade escolar dos recém moradores, inicialmente recebe o nome de escola de 1º grau Arsênio Rolim Araruna (PPP, 2019-2020).

Inicialmente a escola funcionava apenas com duas salas de aula, dois sanitários, local para a biblioteca, cozinha e pátio para as crianças menores, as crianças maiores brincavam ao ar livre, pois a escola não possuía muros. As primeiras professoras que prestaram serviço na escola foram: Maria Zélia Rolim -1ª série, Maria Vilma Vieira -2ª série e Francisca Ilma Alcântara -3ª série, inclusive realizando outras atividades de apoio à escola: merendeira, limpeza etc. (PPP, 2019-2020).

A partir da gestão do prefeito Francisco Matias Rolim, entre os anos de 1975 e 1976, a escola passou a chamar-se grupo Escolar Cecília Estolano Meireles, em homenagem a uma professora do município (PPP, 2019-2020).

No ano de 1990 foi sancionado pelo então prefeito Antônio Viturino de Abreu, o Decreto Nº 644190, nos termos dos artigos 1ª e 2ª, parágrafo único, da Lei Nº 957190 de 30 de Junho de 1990 tornado oficial o estabelecimento escolar, que a partir de 2002 recebe a denominação de E.M.E.I.E.F Cecília Estolano Meireles (PPP, 2019-2020).

A escola atende alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II nos turnos da manhã e tarde, também presta atendimento à alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos) no período noturno, que são assim distribuídos (**Quadro 1**). O público alvo são alunos da adjacência da escola. Esses alunos são na quase totalidade oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo, atendidas por programas sociais, como bolsa família, bolsa escola, entre outros.

Quadro 1: Distribuição de alunos por série/ano

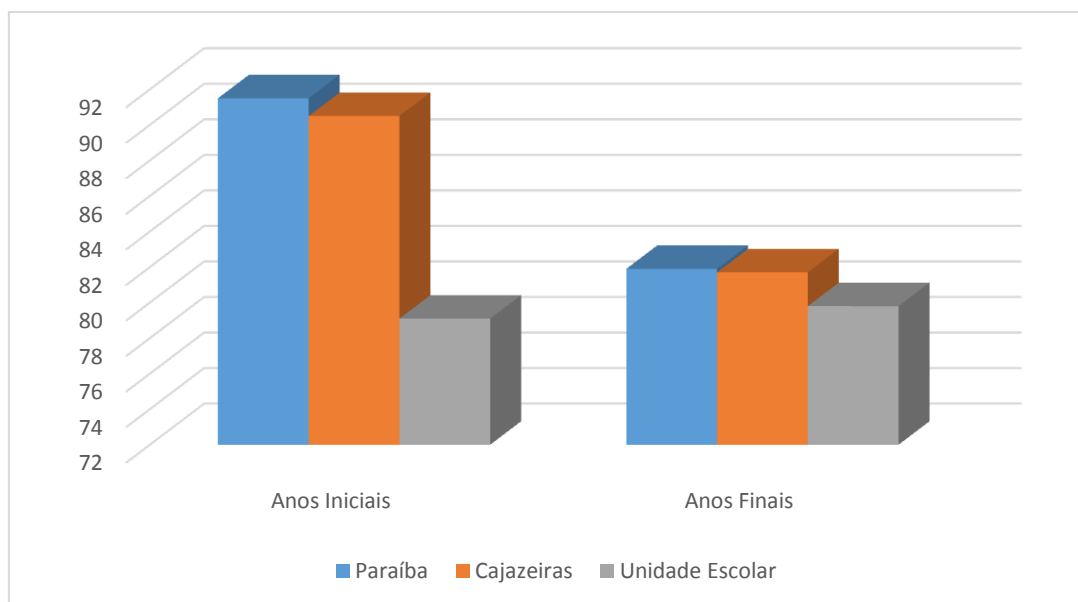
MODALIDADE DE ENSINO	QUANT. DE ALUNOS	QUANT. DE TURMAS
Ens. Infantil I e II	55	2
Ens. Fundamental I	352	11
Ens. Fundamental II	252	7
EJA	108	5
TOTAL	767	25

Fonte: PPP, 2019-2020. Elaboração do autor.

Levando em conta os indicadores educacionais levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP referentes ao ano de 2018, que indica o percentual de rendimentos dos estabelecimentos educacionais de todo o país, a escola Cecília Estolano Meireles apresenta em relação aos níveis de aprovação, dados que estão abaixo dos níveis do Estado da Paraíba e do Município de Cajazeiras nos anos iniciais de

estudo, porém muito próximos de atingir as taxas do estado e município nos anos finais (**Gráfico 1**).

Gráfico 1: Taxa de Aprovação

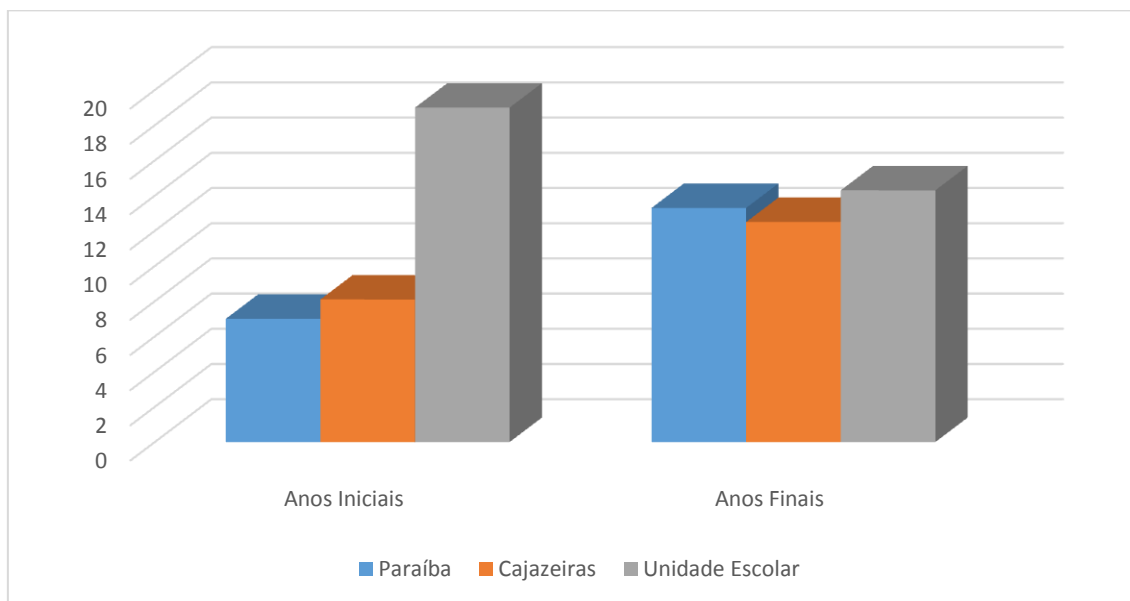


Fonte: INEP/2018

Devemos ressaltar que nosso objetivo não é avaliar por meio de números a qualidade do ensino ou o nível de aprendizagem dos educandos, logo que tais dados podem não refletir a realidade da educação e da escola em questão, ensejamos com isso enumerar pontos que nos permita relacionar (mesmo que significativamente) as taxas de rendimento levantadas pelo INEP para o estado da Paraíba, o município de Cajazeiras e a unidade escolar pesquisada.

Esses percentuais possibilitam fazer uma comparação entre a unidade da federação, ou seja, o estado da Paraíba, o município de Cajazeiras e a escola CEM. As taxas levantadas pelo INEP demonstra que ainda há um caminho a percorrer pelo núcleo escolar, tais fatores são influenciados pela localização geográfica da escola. Situada num bairro na periferia da cidade de Cajazeiras, esse espaço sofre com problemas estruturais, falta de saneamento básico, calçamento entre outros que interferem na vida escolar dos estudantes. Mesmo assim observa-se que as taxas referentes a aprovação estão situadas em um patamar aquém do esperando, colocando a situação da escola em um nível acima se em comparação com outras unidades de ensino municipais.

A taxa de reprovação dos anos iniciais do ensino fundamental estão 19% para a unidade escolar, 8,1% para o município de Cajazeiras e 7% no estado da Paraíba. Referente aos anos finais está 14,3%, 12,5% e 13,3% respectivamente (**Gráfico 2**).

Gráfico 2: Taxa de Reprovação

Fonte: INEP/2018

A partir dos dados levantados pelo INEP podemos traçar um panorama do espaço escolar, contextualizando esses resultados com a realidade socioespacial da escola, buscando entender os fatores internos e externos que influenciam no processo de ensino/aprendizagem de geografia, assim como o posicionamento perante a sociedade.

Os fatos apresentados nos auxiliam no delineamento do nosso instrumento de pesquisa. O espaço escolar é influenciado pelo meio no qual está inserido, os sujeitos estão imbuídos cada qual com sua visão de mundo, características que ultrapassam as vivências no seio familiar, na vida em sociedade, no espaço geográfico e são atualmente mediadas pelos diversos meios de comunicação em massa.

As visões desses alunos são o resultado das experiências construídas dentro e fora da escola, dentre elas as enfatizadas durante as aulas de geografia, principalmente nas transformações da paisagem ao longo do tempo, transformações que são o resultado do trabalho humano sob a natureza, possibilitando o reconhecimento do cidadão enquanto ser social, capaz de construir sua história, seu espaço e sua cidadania.

3 GEOGRAFIA EM SALA DE AULA: PERCEPÇÕES SOBRE A CIDADANIA

Neste capítulo, discorreremos acerca dos sujeitos da pesquisa, ensejamos com isso desenhar o perfil socioeconômico desses estudantes e enfatizar que a geografia necessita estar próxima da realidade do bairro no qual a escola atua, só assim será possível propor um projeto de ensino que possa levar os/as alunos (as) a refletir sobre o seu espaço de morada e exercer a cidadania.

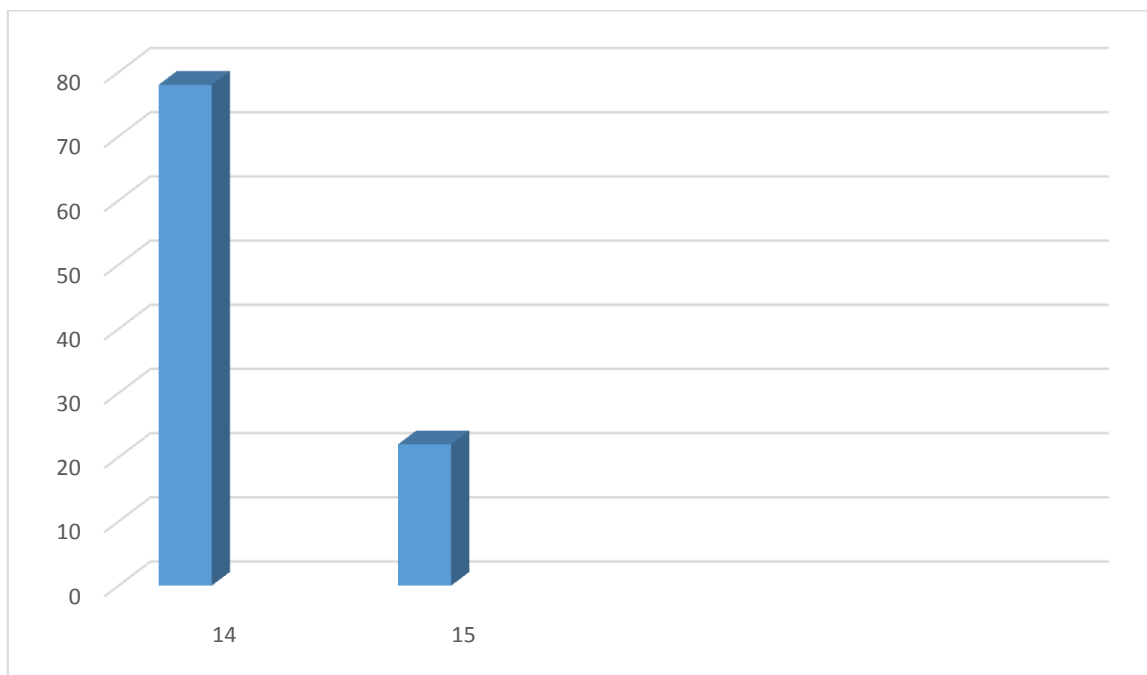
Também apresentaremos os questionamentos e as interpretações obtidas por meio de questionários aplicados aos/as alunos (as) do ensino fundamental, principalmente a percepção acerca da cidadania. Pretendemos, através da análise das “vozes” desses estudantes analisar como o ensino de geografia possibilita o debate, a discussão e a participação para além do espaço escolar. Outra questão que será discutida, refere-se ao currículo de geografia proposto para o 9º ano do ensino fundamental, quais pontos enfatizam uma disciplina escolar comprometida com a formação para o exercício da cidadania.

A cidadania atrelada ao ensino de geografia é possível graças ao encadeamento de uma série de conceitos e símbolos que ao longo do percurso e consolidação dessa ciência foram a ela sendo incorporados. É através dessa construção que os alunos podem ampliar suas visões de mundo e exercer a cidadania. Desse modo é preciso ouvir, facilitar o diálogo sadio durante as aulas, o cidadão necessita descobrir-se como sujeito do/no espaço.

3.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

A caracterização dos alunos, sujeitos desta pesquisa, foram obtidos através da aplicação de um questionário, as perguntas levaram em conta informações acerca da realidade social e escolar desses sujeitos, principalmente quais os meios de comunicação utilizados, informações sobre o nível de escolaridade dos pais ou responsáveis legais.

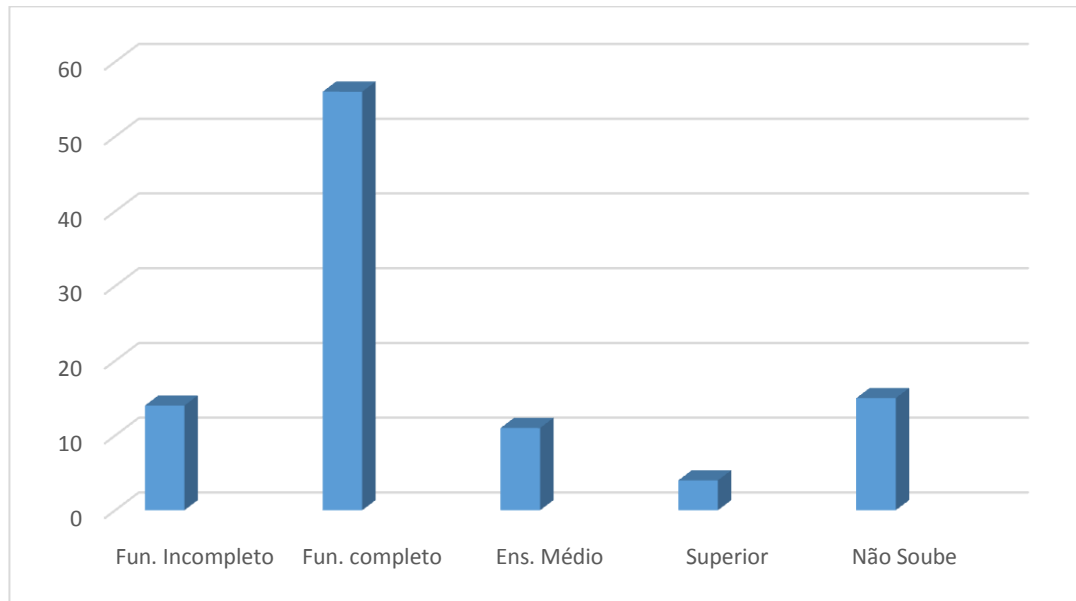
A maior parte dos alunos do 9º ano A da escola pesquisada estão na faixa etária de 14 anos (78 %), idade condizente com o ano de escolaridade, o restante dos estudantes (22%) estão na faixa de 15 anos (Gráfico 3), isso constatado em relação a distorção idade/série levantada pelo Inep/2018 no qual a taxa para a escola totaliza 26,8%.

Gráfico 3: Idade dos alunos

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

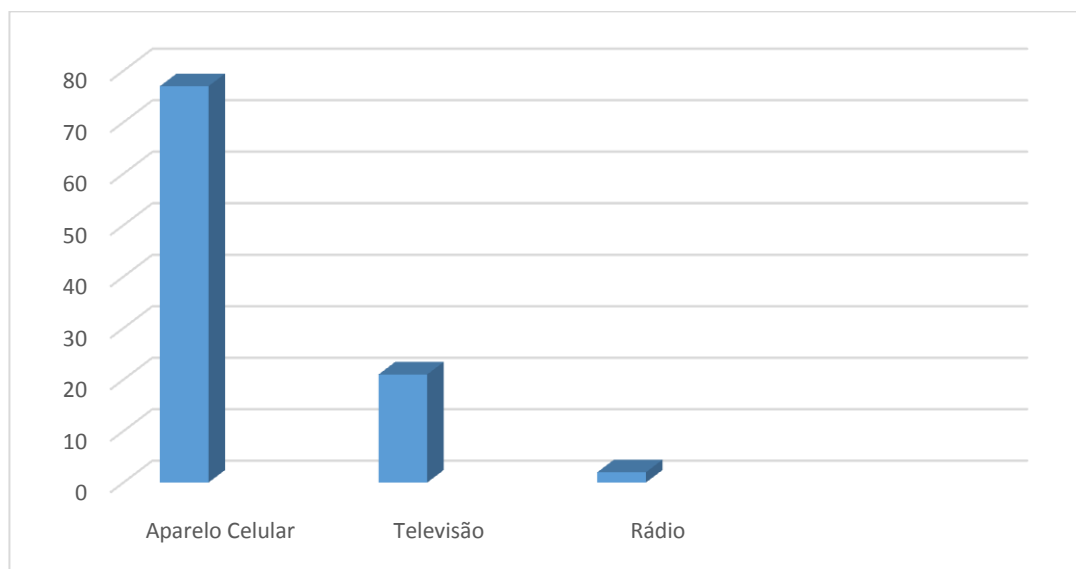
Em relação à localização do bairro de residência dos alunos, a totalidade dos sujeitos pesquisados residem no mesmo bairro da escola, isso permite que o relacionamento com espaço escolar possa ser construído com um grau maior de afetividade, a escola está presente no dia a dia do bairro e das famílias dos estudantes, propiciando uma formação dentro do contexto de vivência de todos.

O nível de renda declarado pelos alunos (as) está na faixa de um a dois salários mínimos, renda condizente com a chamada classe popular. Grande parte dos pais ou responsáveis possuem, segundo relatos dos alunos (as), como grau de escolaridade o ensino fundamental completo (56%), fundamental incompleto (14%), ensino médio (11%), superior (4%), o restante (15%) não souberam ou não quiseram responder (Gráfico 4).

Gráfico 4: Escolaridade dos pais ou responsáveis

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Outro questionamento feito na pesquisa foi sobre os meios de comunicação utilizados pelos alunos (as). A grande maioria (77%) declarou que utiliza o aparelho celular como meio de acesso à informações, algo que é cada vez mais corriqueiro entre os adolescentes e jovens, 21% utiliza a televisão como principal veículo de acesso à cultura e atualização sobre o noticiário local, nacional e internacional, o restante (2%) declarou o uso de rádio e outros meios de comunicação (Gráfico 5).

Gráfico 5: Acesso à informação

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O acesso a atividades de lazer e cultura, de acordo com os dados obtidos, muitos declararam que participam de campeonatos de futebol e atividades realizadas pela própria escola. O bairro, de acordo com os alunos (as), não possui muitos atrativos culturais ou de lazer, dificultando a prática dessas atividades, não existe um espaço exclusivo ou grupos organizados para esses fins.

3.2 Representações sobre a cidadania

A geografia, mediante sua atuação em sala de aula, traz consigo, ainda que indiretamente, representações sobre a cidadania, principalmente porque esse tema está implícito nos conteúdos discutidos em sala de aula. Ao tratarmos de cidadania nas aulas de geografia incorporamos ao espaço do cidadão outras interpretações, o desenvolvimento do conhecimento geográfico implica na relação com o meio, com o cotidiano, ou seja, conhecer aquilo que está impresso nas coisas, que de um modo ou outro influencia sua participação dentro da sociedade.

Nessa perspectiva para desvendar a concepção acerca da cidadania pelos estudantes do 9º ano do ensino fundamental, questionamos qual o entendimento sobre essa prática, indispensável na sociedade, considerando, principalmente, a importância do ensino de geografia na formulação de conceitos. As respostas constataam a percepção individual de cada aluno participante da pesquisa.

De acordo com Benevides (1998), três elementos são indispensáveis para o processo de educação para a cidadania: 1- *a formação intelectual e a informação*: o cidadão necessita está bem informado, o acesso ao conhecimento no geral proporcionado pela educação é requisito fundamental para o cidadão exercer o direito de escolha. A falta dessa formação ou a insuficiência de informações acentua as desigualdades, é justamente esse conhecimento que possibilita aos excluídos a ampliação dos seus direitos; 2- *a educação moral*: os valores que estão impressos na sociedade, seja ela democrática ou republicana, perpassam a formação intelectual, isso quer dizer que não é apenas no plano formal que a cidadania é construída, pressupõe a ética, a conquista pelo sentimento e pela razão; e 3- *a educação do comportamento*: o respeito, ou tolerância as diferenças pressupõe o reconhecimento de uma sociedade plural, a cidadania na sociedade democrática enfatiza o desejo a cooperação e o bem comum, a necessidade de participação na execução e estabelecimento de metas que

correspondam aos asseios da sociedade, bem como o respeito aos direitos individuais e coletivos de cada um.

Esse conjunto de elementos relacionados entre si, são evidentes na transposição do conhecimento apreendido em sala de aula, quando se faz referência à cidadania nas aulas de geografia queremos com isso transformar a realidade em possibilidade, assim quando perguntamos sobre o entendimento acerca da cidadania, percebemos como esse conceito está ligado a política e ao conhecimento dos direitos, algo enfatizado na fala dos estudantes:

“Eu entendo que a cidadania são os direitos que permitem ao cidadão intervir na direção dos negócios públicos do estado” (Aluno A).

“Ter direitos a educação, saúde etc....” (Aluno B).

“Cidadania é a prática dos direitos e deveres de uma pessoa em seu Estado, onde o cidadão deve agir com responsabilidade” (Aluno C).

“É o direito que cada ser humano possui em se unir a uma sociedade e fazer parte dela” (Aluno D).

Mesmo não sendo tratada de forma direta, a cidadania se materializa no ensino de geografia através das discussões políticas, ter consciência sobre esse conceito por si só já justifica a ampliação da capacidade de discernir sobre o espaço e suas transformações. Ao analisar essas falas podemos conceber o significado de cidadania atrelada aos direitos sociais ou coletivos, bem próximo daquilo que é enfatizado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988⁵.

Para Freire (2007) a cidadania pode assumir diversas formas, o sujeito enquanto adquire consciência de sua história, constrói sua percepção sobre cidadania, termo que está alinhado a democracia, ao diálogo, a participação, a educação, desse modo a cidadania assume diversas características, dependendo do tipo de consciência e do tipo de sociedade no qual o sujeito está inserido.

Assim, a medida que os alunos vão incorporando o vocabulário geográfico, percebem que o espaço é um misto de significados construídos ao longo do tempo, ou além disso, conseguem entender por que há tanta desigualdade imposta em localidades tão próximas. Para Santos (1993) o cidadão só poderá exercer sua cidadania ao adquirir consciência sobre seu espaço, sem essa consciência o indivíduo estaria sujeito a lógica imposta pelo capital.

⁵ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa constituição. (EC nº 26/2000, EC nº 64/2010 e EC nº 90/2015.)

Outro ponto importante a ser enfatizado é quando se fala na atuação perante a sociedade, quando o aluno enfatiza que a cidadania: “É o direito que cada ser humano possui em se unir a uma sociedade e fazer parte dela” essa união pode ser entendida na relação homem-homem, ponto de partida, segundo Moreira (2015, p. 66) no processo de transformação da primeira natureza em segunda natureza, o autor enfatiza que:

[...] trabalho social significa o travamento de relações entre os homens que se reúnem para o ato de produzir. Por exemplo, implica a tarefa de se definir o que produzir, como produzir e o modo de repartir a riqueza coletivamente produzida. Implica, pois, determinadas relações sociais. Eis a origem da segunda forma de interação: a relação homem-homem.

Nesse processo é preciso entender que a construção da cidadania está atrelada a esse relacionamento, o homem enquanto ser social interage entre si procurando agir sobre o espaço, daí que construímos concepções e conceitos, entre eles a cidadania. É nesse relacionamento que o aluno deve perceber a geografia do cotidiano, construir sua espacialidade.

Essa espacialidade torna-se fundamental devido à complexidade do espaço no mundo contemporâneo, esse espaço cada vez mais fragmentado, dinâmico, passível de interpretações equivocadas, sendo necessário, nesse sentido, a formação de conceitos trabalhados e contextualizados aos conhecimentos vividos.

Assim, podemos constatar que são esses conceitos que proporcionam ao estudante modos de ler e interpretar a realidade além da sala de aula, principalmente os modos de apreensão do lugar e suas representações, ou como ressalta os PCNs (1998) “a cidadania como a consciência de pertencer e interagir e sentir-se integrado com pessoas e os lugares”.

O conceito de cidadania nos dizeres de Benevides (1998) é um todo integrador no qual se faz presente o conjunto de vivências dentro e fora da escola, a partir do momento que o aluno (a) começa a incorporar ao seu mundo um conjunto de elementos, ele descobre instrumentos que o auxiliam no processo de participação social.

Farias (2007) considera que é nessa pluralidade de espaços que a formação para a cidadania pode ser compreendida, assim, a família, a escola, os espaços coletivos, cada um com suas especificidades, teriam consigo elementos essenciais a essa formação, desse modo é indispensável que esses espaços possam estar integrados.

Outro questionamento se deu acerca da importância do ensino de geografia para o exercício da cidadania na visão dos alunos (as). Como a geografia em sala de aula pode

proporcionar uma discussão sobre o papel desempenhado pelo cidadão na sociedade ou permitir que o aluno possa construir sua identidade com o seu espaço de relações:

“Sim, porque fala sobre os direitos das pessoas, do governo e da política” (Aluno A).

“Sim, pois é aí que sabemos os nossos direitos. Não só apenas os direitos como o conhecimento” (Aluno B).

“Sim, porque a estuda as áreas física e humana no ambiente social, econômico, ambiental, político, entre outros. Retrata o direito do cidadão em cada região” (Aluno C).

“A importância da geografia reside nas contribuições para conhecimento sobre o espaço humano e suas formas de transformação e ocupação” (Aluno D).

Para os alunos (as), a geografia proporciona o conhecimento acerca dos direitos, algo que está relacionado basicamente a figura do estado e ao conteúdo da política, temas evidentes devido a amplitude dos conteúdos geográficos. Esse entendimento é acessível devido a geografia presente no 9º ano, onde são trabalhados basicamente temas relativos a organização geopolítica mundial. Sobre isso Kaercher (1996) enfatiza que o conhecimento geográfico ultrapassa a meras constatações sobre a organização dos elementos no espaço, incorporando em duas discussões temas de grande relevância social, especialmente no campo da política, a geografia, nesse sentido, propiciando a formação de um sujeito crítico.

Dallari (1998, p.14) ressalta que:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

Nesse sentido formar cidadãos conscientes significa primeiro relacionar o ambiente da escola com o mundo através da percepção dos alunos. Proporcionar a construção de um projeto voltado para a atuação dos alunos nos destinos da sociedade é, em primeiro lugar, criar conexões em sala de aula, presumindo, desse modo, que a escola e o professor exerçam papéis fundamentais nessa formação.

Cabe ao professor de geografia, nesse sentido, discutir temas relevantes na sociedade atual. Ao abordar tais assuntos pressupõe-se a construção de alunos (as) comprometidos com causas sociais, seja em ambientes como a escola, o bairro, a cidade, ou campo, assim, a prática do professor, como ressalta Vesentini (1994), deve ser entendida como um processo de “conscientização”, ensina-se, desse modo, o aluno a ser crítico, preocupado com seu aprendizado.

Desse modo, para compreender como é trabalhado certos temas na geografia, indagamos como é abordado os temas políticos e ambientais nas aulas de geografia, visto que atualmente, são assuntos importantes no cenário nacional e internacional, as respostas dos alunos levaram em consideração o desafio de trabalhar esses temas de maneira imparcial, assim um aluno (a) destaca que:

“O maior desafio do professor que se propõe abordar a política como tema de uma aula é não cair na chamada doutrinação, impondo sua posição política, sendo que os especialistas nos demonstra que enquanto os alunos do ensino fundamental tendem a seguir a orientação política presente em sua família ou na mídia e o aluno do ensino médio, na maioria das vezes já tem sua opinião” (Aluno A).

Na fala do aluno, percebemos como o professor, através de sua prática, passa a impor sua posição política e ideológica, sendo um desafio trabalhar temas políticos sem levar em consideração partidos ou posições pessoais. Para Cavalcanti (2012b), o professor deve atuar como mediador no processo ensino/aprendizagem, para isso, utilizando instrumentos que possam permitir o diálogo dos alunos (as) com o mundo, necessita articular o conteúdo com as vivências dos alunos (as), ao fazer essas conexões colabora para a formação do cidadão preocupado com as desigualdades sociais.

O ideal, segundo Vesentini (1992) seria o professor que rompesse com a visão lógica da dominação, trabalhando com práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento do pensamento crítico e a autonomia do sujeito, com isso possibilitando a participação no meio, através de debates, discussões, e utilizando recursos didáticos condizentes com a realidade socioespacial do sujeito, da escola, do bairro, da cidade.

Nessa perspectiva, indagamos aos alunos (as) *quais recursos deveriam ser utilizados pelo professor durante as aulas de geografia?* As respostas dos alunos (as) condizem com as aulas tradicionais, voltadas ao modelo de transmissão do conhecimento sem conexão com o cotidiano fora da sala de aula:

“Maior apresentação de trabalhos como maquetes, cartazes e a leitura de materiais como livros e revistas que influenciam e nos permitem adquirir um maior conhecimento científico e uma educação de qualidade acessível a todas as pessoas” (Aluno A).

“Maquetes, aulas mais dinâmicas” (Aluno B)

“Estudos de mapas geográficos” (Aluno C)

“Desafios em grupo, fazer perguntas, conectar o assunto” (Aluno D)

Analisando as respostas dos alunos (as), percebemos como o ensino de geografia ainda está baseado em aulas tradicionais, ao enfatizar o uso de maquetes, textos, revistas, mapas o professor possibilita o conhecimento contextualizado com outras áreas do saber, além disso, quebra com a visão mnemônica no ensino de geografia.

Kimura (2011) considera que para efetivar um ensino de geografia voltado a prática da cidadania é necessário a introdução de metodologias que possam auxiliar o professor em sala de aula, assim as aulas de geografia seriam mais ricas em discussões, proporcionando ao/a aluno (a) construir concepções acerca dos fenômenos espaciais.

Na fala do aluno A, destacamos o uso de instrumentos diferenciados nas aulas de Geografia, através de textos e outros materiais sob diferentes pontos de vista, assim os alunos (as) podem construir suas visões sobre a cidadania. Segundo Oliveira (1994) cabe ao professor ensinar uma geografia voltada para a formação crítica do sujeito, preparando a criança para desempenhar seu papel de cidadão.

Na fala do Aluno C percebemos que mesmo existindo a concepção do ensino de geografia pautado na visualização de mapas, esse recurso é atualmente pouco utilizado pelos professores. Tais recursos podem ser utilizados para atraírem a atenção dos educandos a participarem com maior intensidade das aulas de geografia, principalmente ao localizar os fenômenos espacialmente. Essa prática no ensino de Geografia permite repensar a ação docente frente às problemáticas abordadas expor algumas alternativas que corrobore na construção do processo de ensino e aprendizagem.

Ao questionar os alunos do 9º ano quais assuntos são trabalhados pelo professor que levem em conta as questões ambientais em sala de aula, as respostas obtidas foram as seguintes: “*Demonstrando como cada região cuida ou deve cuidar para a preservação ambiental, pois é um dos fatores que cada vez mais modifica o clima e as devastações da natureza*”. Outro aluno enumera pontos como: “*Poluição, erosão, desmatamento, clima*”. Na compreensão dos alunos, percebemos que as questões ambientais estão essencialmente ligadas aos fatores antrópicos, pressupõe-se, nesse sentido, o relacionamento homem/natureza,

porém, uma relação exploratória e ao mesmo tempo essencial ao desenvolvimento do homem e da sociedade. Assim, o ensino de geografia encaminha no que direciona os PCNs (1998, p. 35) “Conhecer o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo que compreenda o papel da sociedade na construção do território, da paisagem e do lugar”.

Em outras falas os alunos (as) destacaram fatores relacionados ao papel do cidadão com o meio ambiente: “*Não jogar lixo pela janela do carro, evitar o desmatamento*”. Ou: “*Não poluir os rios, não jogar lixo na rua*”. “*Fazer coleta do lixo, não poluir os rios, fazer saneamento básico*”. Percebemos o entrelaçamento do ensino de geografia com a conscientização ambiental, possibilitando a formação de um sujeito comprometido com as causas ambientais. Os mesmos concordam com Bortolozzi (1997) ao enfatizar o processo de educação ambiental no ensino de geografia numa perspectiva que valorize as experiências dos sujeitos, a formação socioambiental contribui para o trabalho interdisciplinar nas aulas de geografia e conseqüentemente o cidadão informado acerca da problemática ambiental.

Também foi questionado como o professor de Geografia trabalha essas questões ambientais, a grande maioria destacou o uso do livro didático, seus textos e imagens, filmes e documentários, contudo, assume relevância o livro didático. Além disso mencionaram o exemplo das queimadas que são verificadas nos meses mais quentes do ano, problema que na grande maioria dos casos são decorrentes de ações criminosas. Notamos que no ensino de geografia a temática ambiental é bastante recorrente, porém, é preciso destacar a inter-relação desses fenômenos com o processo de construção da sociedade e do espaço geográfico, também são importantes no processo de formação de alunos (as) preocupados com o desenvolvimento sustentável, são conteúdos que corroboram para o exercício de uma cidadania ambiental.

Nessa perspectiva, a cidadania ambiental configura-se como possibilidade de reconhecer o meio ambiente como um direito onde todos possam usufruir de maneira saudável e equilibrada, ou como enfatiza Oliveira e Simão (2018, p. 9) “O dever do cidadão ambiental é viver de forma sustentável para que outros possam viver bem”.

Nesse direcionamento, indagamos como a geografia pode contribuir com um olhar crítico sobre o bairro e/ou localidade vivido pelos discentes, as respostas evidenciaram que a geografia, além do espaço escolar, desperta um olhar profundo sobre as desigualdades sociais e estruturais, nesse relato percebemos isso: “*Abre iniciativa a nos questionar porque determinada área em nosso bairro continua sem infraestrutura, como redes de esgotos entre outras necessidades para melhor desenvolvimento urbano*”. Ou: *Sim, alguns dos projetos*

realizados em sala permitiram refletir sobre as ações da comunidade e procurar uma maneira de resolver esse problema da melhor maneira possível.

Outros discentes enfatizaram que a geografia ao trabalhar questões relevantes para a sociedade os ajudam a perceber o descaso do poder público com os bairros populares da cidade e que nesse caso a população deve reunir-se para reivindicar seus direitos: “*Acho que deveria ter saneamento básico, mas não tem*”, e; “*Eles deveriam se preocupar mais com os pobres*”; ou: “*Vejo que alguns bairros da cidade é tudo organizado, tudo limpinho, mais no nosso as vezes falta água, tem lixo, esgoto*”. Nessas falas percebemos como ainda a organização espacial da cidade favorece a dita “classe nobre”, excluindo a população de alguns bairros das políticas e projetos públicos. Para Santos (1993) esse arranjo social não é aleatório, ele faz parte do processo de construção ou acumulação desigual, há espaços que são esquecidos, próprios a processo de alienação do capital.

Conforme Moreira (2015, p. 62) a geografia “serve para desvendar máscaras sociais”, nesse sentido, colabora na perspectiva de uma ciência preocupada com o processo histórico de organização do arranjo espacial, pressupõe-se assim, que as desigualdades são impostas intencionalmente durante o transcorrer da história, daí o processo de alocação dos bens públicos em localidades diferenciadas.

A geografia escolar possui todo um aparato que possibilita construir uma cidadania voltada ao reconhecimento das desigualdades sociais e estruturais, nesse ensino deve ser enfatizado os problemas que estão no cotidiano do bairro e da escola, quais as principais dificuldades que os alunos (as) enfrentam no dia a dia e as possíveis soluções, em comprometimento com a possibilidade de construção de uma sociedade melhor. Com isso, a fala de uma aluna ressaltou o papel da geografia no contexto social e qual sua contribuição ao trabalhar o contexto social do aluno, principalmente o papel do professor ao trabalhar o cotidiano do aluno

Sim, despertar o interesse do aluno no processo de ensino e aprendizagem nos dias atuais é uma tarefa trabalhosa, que deve dialogar do conhecimento além do cotidiano do aluno, através de uma leitura geográfica sobre o bairro associado ao conceito de lugar. Ao estudar o bairro porção do espaço vivido e suas relações com as moradias, não é a mesma forma que é trabalhado pelos professores em sala de aula. (Aluno A)

Esse posicionamento revela que possível trabalhar a cidadania nas aulas de geografia, porém, é necessário que o professor perceba o bairro ou locais de maior influência pelos alunos como lugares onde são construídos seus sentimentos, seja o bairro, a família, a escola.

São nessas relações cotidianas que o aluno pode construir sua cidadania, perceber que seu espaço faz parte de um conjunto muito mais dinâmico que abrange desde relações afetivas, familiares, até o relacionamento com os territórios mais longínquos. Conforme Callai (2001, p.141) “A relação do indivíduo com o seu meio, a compreensão do espaço construído no cotidiano, os micro espaços que são os territórios do indivíduo, da família, da escola, dos amigos, devem ser incorporados aos conteúdos formais que as listas de Geografia contêm”.

Contudo, deve-se evitar abstrações, destacar que os fenômenos ocorridos localmente fazem parte de um complexo processo que engloba fatores em escalas muito maiores. Nesse sentido construir uma cidadania que possa tecer concepções amplas sobre variados temas, além de perceber que certas atitudes e decisões tomadas em escala nacional ou global também pode interferir nos mais distantes locais.

3.3 Currículo de Geografia: pressupostos para uma educação voltada à cidadania

O currículo escolar representa a organização dos conteúdos, a trajetória, as finalidades e as competências que cada componente curricular deve desenvolver durante o período de escolarização, levando em conta os conteúdos, atividades, aprendizagens, aspectos regionais e locais, diversidade, pluralidade, dessa forma contribuindo para a construção de um processo educativo que possa preparar o estudante para exercer sua cidadania conscientemente.

Sacristán (2000, p. 62) afirma que: “O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições”. Nesse sentido, com objetivo de verificar como o currículo de geografia está concebido, analisou-se o currículo de geografia para o ensino fundamental e suas implicações na formação para a cidadania.

De acordo com o currículo proposto para o ensino de geografia, os conteúdos em sala de aula devem formar o aluno para aprender a “interpretar/analisar o mundo” (PARAÍBA, 2018, p. 362), nesse contexto, a geografia parte do pressuposto que é necessário desenvolver no aluno uma consciência espacial cognitiva, principalmente saber analisar os fatos e fenômenos em escala mais abrangente, o documento enfatiza que:

[...] a Geografia deve centralizar-se num ensino que contemple as experiências vividas pelos alunos, forme estudantes com habilidades e capacidades espaciais, facilitando o desenvolvimento geral do aluno que

deverá compreender: os fenômenos econômicos, os conflitos de classe, as alterações das paisagens e a complexidade da dinâmica socioambiental, nas diversas escalas geográficas: local, regional, nacional e global. (PARAÍBA, 2018, p. 362).

Percebe-se que os conteúdos estão organizados para proporcionar ao estudante uma visão sobre aspectos sociais e ambientais, envolvendo as capacidades e experiências de cada um. Essa organização pressupõe que o aluno construa uma percepção dos fenômenos no espaço, buscando exercitar sua cidadania através do conjunto de elementos que organizam a sociedade. O documento ainda evoca a importância dos diferentes instrumentos de aprendizagem na construção do processo educacional.

Outro fator a ser enfatizado é que a construção do currículo deve levar em consideração aspectos regionais e locais, dessa forma proporcionando o relacionamento com atividades culturais e particularidades ambientais. O/A aluno (a) ao perceber que a construção do espaço é uma construção histórica e diversa, expressa sua opinião ao ligar as principais informações de lugares diferenciados.

De acordo com Andrade (2018), a geografia escolar deve formar os estudantes para atuarem como cidadãos conscientes, aprendendo a ver o mundo, não como geógrafos, mas como sujeitos que possam aprender a ler espacialmente sobre as formações naturais, formação e delimitações dos territórios, aspectos sociais e demográficos, desigualdades do espaço, além de compreender o processo de produção reprodução social, o homem em constante relação com a natureza.

Considerando desse modo que a geografia abandone a mera descrição dos lugares, enfatizando o relacionamento com os lugares em contextos diversos. A proposta encaminha o ensino de geografia para a construção de um ensino baseado nas competências e habilidades dos alunos, levando em conta as seguintes temáticas:

1. O sujeito e seu lugar no mundo;
2. Conexões e escalas;
3. Mundo do trabalho;
4. Formas de representação e pensamento espacial;
5. Natureza, ambientes e qualidade de vida. (PARAÍBA, 2018, p. 367).

Todas essas unidades temáticas estão em consonância com uma formação voltada à cidadania ou ao relacionamento dos conteúdos da geografia com o cotidiano, nesse sentido:

[...] a proposta curricular de Geografia nesse documento está pautada no desenvolvimento do raciocínio geográfico, alicerçado em uma educação

geográfica que tem por finalidade a emergência de um cidadão crítico, participativo, democrático e eticamente responsável por um modo de vida voltado ao bem-estar social e preocupado com qualidade do meio ambiente local e global. (PARAÍBA, 2018, p. 263).

Percebemos que a finalidade do ensino de geografia se dá pela emergência da participação social, elemento essencial para a cidadania. Quadro que desenhou-se a partir da globalização e das mudanças socioeconômicas no mundo todo, daí o compromisso de um ensino de geografia em que o aluno possa descobrir o seu papel como cidadão comprometido com a sociedade e o meio ambiente.

Outro elemento fundamental para análise do currículo de geografia é a especificidade de habilidades e competências no ensino, esses elementos são nortes para a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e para o planejamento do professor. Pressupõe que ao final de cada ciclo de estudos os estudantes apresentem certas habilidades, seja na análise de paisagens, compreensão do espaço geográfico, dos territórios, dos lugares e dos processos de produção e organização da sociedade. O documento propõe para os anos finais do ensino fundamental os seguintes direitos de aprendizagem:

Fundamental II

1 – Compreender a si próprio e ao outro enquanto agentes de produção do espaço geográfico, considerando os fatores políticos, econômicos e culturais da Paraíba, do Brasil e do mundo, valorizando a identidade do sujeito social enquanto cidadão ativo, democrático e solidário.

2 – Entender o espaço geográfico, a partir da relação sociedade/natureza considerando as diversas escalas geográficas – do local ao global, contribuindo para que o sujeito compreenda as interações multiescalares existentes entre sua vida familiar, seus grupos e espaços de convivência e as interações espaciais mais complexas.

3 – Identificar os processos produtivos nos espaços agrário e urbano, levando em consideração as mudanças no mundo do trabalho através das novas tecnologias em diferentes tempos, escalas e processos históricos, sociais e étnico-raciais.

4 – Ler, comparar e elaborar as linguagens gráficas e cartográficas, tais como: croquis, desenhos, fotografias, esquemas, imagens de satélites, gráficos, plantas, cartas, mapas e maquetes – possibilitando ao sujeito a análise espacial.

5 – Analisar a inter-relação entre os fatores abióticos, bióticos e atividades antrópicas em distintas escalas e dimensões culturais, socioeconômicas e políticas, visando conhecer os fundamentos naturais do planeta e as transformações impostas pelas atividades humanas na dinâmica físico-natural. (PARAÍBA, 2018, p. 368-369).

Diante dos fundamentos que direcionam a execução curricular do ensino de geografia, a formação para o exercício da cidadania está exemplificada na construção da identidade territorial, com o lugar e com o espaço geográfico em suas várias escalas. Percebe-se a

preocupação de formular um currículo voltado ao processo de desenvolvimento cognitivo do estudante, possibilitando a capacidade de análise, discussão, interpretação, comparação, leitura e elaboração.

Ressalta-se a importância de relacionar as experiências adquiridas ao longo do processo educativo, possibilitando a interconexão entre os fenômenos naturais e sociais numa perspectiva que possa reforçar o relacionamento do estudante com o espaço socialmente construído, reforçando o compromisso de uma ciência preocupada com o cidadão crítico e participativo. Nesse sentido abandonando a máxima que acompanhou o ensino de geografia durante os últimos anos, de um ensino voltado aos ideais do mercado.

A análise das competências e habilidades esperadas para os anos finais do ensino fundamental sugerem a formação de uma releitura do mundo, dos símbolos e das relações de produção do espaço, além disso, sua proposta curricular encaminha o aluno na questão do “saber conhecer” e “saber fazer” seguindo a organização dos conteúdos geográficos.

No documento são propostos objetivos de aprendizagem (quadro 2)⁶ para o 9º ano do ensino fundamental. Esses objetivos têm como responsabilidade a construção de uma consciência global pelos alunos (as), trabalhando conteúdos relacionados com as relações mundiais. Para Deon e Callai (2018, p. 286) [...] à educação para a cidadania pelo viés da Geografia compete o desenvolvimento de uma base conceitual, bem como a compreensão do lugar e a partir dele a ligação com as escalas de análise (local e global, global e local), possibilitando aos alunos a leitura do mundo.

Quadro 2: Objetivos de aprendizagem para o 9º ano

Objetivos de aprendizagem 9º ano
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar criticamente de que forma a hegemonia europeia foi exercida em várias regiões do planeta, notadamente em situações de conflitos, intervenções militares e/ou influência cultural em diferentes tempos e lugares. • Analisar a atuação das corporações internacionais e das organizações econômicas mundiais na vida da população em relação ao consumo, à cultura e à mobilidade. • Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas - partindo dos grupos localizados no espaço paraibano: indígenas, quilombolas e ciganos até os diversos grupos espalhados pelo mundo - como forma de compreender a multiplicidade cultural da escala local à global, defendendo o princípio do respeito às diferenças. • Relacionar diferenças de paisagens aos modos de viver de diferentes povos em diversas regiões na Europa, Ásia e Oceania, valorizando identidades e interculturalidades regionais. • Analisar a influência do capitalismo e socialismo na organização do espaço

⁶ Destacamos apenas alguns dos objetivos propostos pelo currículo.

geográfico mundial, identificando as implicações socioeconômicas dessa influência.

- Compreender a organização política e socioeconômica do espaço geográfico mundial no contexto da Guerra Fria e no Pós-Guerra Fria.
- Relacionar as mudanças técnicas e científicas decorrentes do processo de industrialização com as transformações no trabalho em diferentes regiões do mundo e suas consequências na Paraíba e no Brasil.
- Explicar as características físico-naturais e a forma de ocupação e usos do solo em diferentes regiões da Europa, da Ásia e da Oceania.

Fonte: Paraíba, 2018.

Analisando as orientações curriculares, observa-se que predomina objetivos voltados a construção do aluno (a) analítico, ao compreender e analisar as diferenças no contexto global. Esses objetivos corroboram para o fortalecimento de uma consciência global, ao entender os principais sistemas econômicos mundiais, as formações naturais e os aspectos demográficos e sociais no mundo todo.

Nesse delineamento, a geografia trabalhada no 9º ano leva em consideração o nível de conhecimentos já enfatizados nos anos anteriores, presumindo que o estudante possa compreender as múltiplas relações em escala global, contudo, compreendendo o lugar. Para Callai (2005), a possibilidade de compreender o lugar, como espaço vivido, é condição para a construção e exercício da cidadania. Conhecer a história, as relações, pressupõe entender que o lugar não é neutro, que ali existe uma série de relações que é o resultado das interações historicamente construídas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio ao constante desejo da construção de uma sociedade democrática, é fundamental a instituição escolar como espaço de aprendizagens e formação para o exercício da cidadania, principalmente no delineamento de projetos e programas educativos que possam fortalecer o desejo supremo de mudança, tolerância, solidariedade e senso crítico.

Durante a realização dessa pesquisa refletimos acerca do ensino de geografia como fator de formação social e política, ensejando com isso analisar como seus conhecimentos e discussões são importantes na formação do cidadão crítico, discutindo o conceito de cidadania evidenciado na percepção dos alunos do ensino fundamental, principalmente no 9^a ano.

Como refletimos ao longo do texto, a cidadania é um conceito que variou seus significados e funções em razão do tempo e do espaço, constituindo-se basicamente do nível de participação social e da constante luta pelos direitos civis, políticos e sociais. O ensino de geografia, nesse contexto, contribuiu com o conhecimento do espaço, da relação entre o homem e seu meio, buscando formar o cidadão para a compreensão do seu lugar, e esse, na sua relação com o mundo.

Apontamos como pressuposto essencial ao exercício da cidadania o conhecimento de mundo, nesse sentido, relacionando os fenômenos em escalas diferenciadas. Percebemos como é importante construir uma consciência socioespacial, reconhecendo o espaço vivido, percebido e concebido como possibilidade de (re) construção do pensamento, afirmando que o ensino de geografia possui conhecimentos direcionados ao contexto do/da aluno (a).

Constatamos que o ensino de geografia corrobora para a formação de um cidadão preocupado com sua atuação na sociedade, através do conhecimento sobre o espaço, e além disso, buscando entender quais mecanismos acentuam as desigualdades, nesse sentido, os conteúdos trabalhados em sala de aula necessitam articular os conhecimentos teóricos com a prática, evidenciando que a organização dos objetos no espaço podem ou não obedecer à uma lógica pré-determinada.

Percebemos que o conceito de cidadania na percepção dos estudantes aproxima-se da definição no campo do direito e da sociologia, sentido que corresponde ao delineamento de uma formação voltada para a participação social. Isso constata com as discussões dos principais teóricos que abordam a temática no meio acadêmico, ressaltando, principalmente, a importância para o estabelecimento dos direitos ao longo da história.

No desenvolvimento dessa pesquisa, buscou-se entender como atualmente a geografia pode atuar na transformação de estudantes passivos, onde o conhecimento é posto como algo verdadeiro, imutável. Para agentes ativos do conhecimento, discutindo o porquê das transformações e dos fenômenos desde a escala local até a realidade global.

Os questionários demonstraram que o ensino de geografia ao relacionar-se com a problemática ambiental propicia aos estudantes um olhar voltado à preservação dos recursos naturais, nessa abordagem, a geografia propõe uma discussão na transformação da natureza pelo homem, colaborando para o processo de construção de uma cidadania socioambiental.

No campo da política, destacamos a preocupação de se trabalhar uma geografia isenta de ideologias político-partidárias, nesse caso um ensino voltado a atuação democrática, um cidadão conhecedor dos seus direitos civis, políticos e sociais. Nesse contexto, o currículo necessita está em consonância com uma prática que propicie o desenvolvimento de competências voltadas ao cidadão e à cidadania, seja em sua escola, no bairro, até patamares maiores como a cidade, o município, o estado, o país.

É importante salientar o trabalho do professor e sua importância na construção de propostas que viabilizem um ensino de geografia preocupado com a formação crítica do estudante, assim, as falas sinalizam que é preciso o uso de metodologias práticas nas aulas de geografia, principalmente a construção desses materiais pelos próprios alunos (as).

Diante disso, considera-se que os recursos utilizados possibilitaram uma análise sobre a concepção de cidadania e qual o papel do ensino de geografia na formação de conceitos e visões para além da sala de aula, também ao refletir como tais conceitos são evidenciados no espaço vivenciado por esses estudantes.

Dessa forma, a presente pesquisa pôde contribuir com o entendimento sobre o ensino de geografia como disciplina fundamental na formação de conhecimentos necessários na vida em sociedade, principalmente no contexto atual, no qual necessitamos está bem informados sobre nossos direitos como cidadão. Precisamos conhecer o espaço e suas transformações, apropriar-se como agente transformador e de transformação.

Esperamos, portanto, que as discussões aqui elencadas possibilitem novas formas de ver o ensino de geografia, e que a cidadania ao efetivar-se através dos seus conhecimentos possa formar estudantes capazes de denunciar os principais motivos que levam à desigualdade e a marginalização dos espaços.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Renata Bernardo. **Currículo e o ensino de Geografia: orientações curriculares e educopédia na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.** ParaOnde!?, Porto Alegre, v.10, n.2, p.36-44, 2018. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/paraonde>. Acesso em: 04 nov. 2019.

BATISTA, Ana Néri Cavalcante. **Análise dos temas água e recursos hídricos em livros didáticos de Geografia e práticas docentes no ensino médio de escolas públicas no Curimataú Ocidental da Paraíba.** 2013. 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A cidadania ativa:** referendo, plebiscito e iniciativa popular. 3. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

_____. Cidadania e democracia. *Lua Nova*, São Paulo, s/v, n. 33, p. 5-17, ago. 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102644519940002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 ago. 2019.

BORTOLOZZI, Arlêude. Educação ambiental e o ensino de geografia: bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. 1997. 268f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252761>>. Acesso em: 31 Out. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia.** Brasília: MEC/SEF, 1998, 156 p.

_____. **Base Nacional Comum Curricular.** Versão final. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/>>. 30 out. 2019.

CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia e a escola:** muda a geografia? Muda o ensino? *Revista Terra Livre*, São Paulo, v. 1, nº 16, p. 133-152. 2001.

_____. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a06v2566.pdf>>. Acesso em: nov. 2019

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia.** São Paulo: Cengage Learning, 2011. (Coleção ideias em ação/coord. Anna Maria Pessoa de Carvalho).

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** Campinas: Papirus, 1998. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

_____. **Geografia escolar e a busca de abordagens teórico/práticas para realizar sua relevância social.** In: SILVA, E. I da; PIRES, L.M. (org.). *Desafios da Didática de Geografia.* Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013. Pág. 45-65.

_____. **A Geografia escolar e a cidade:** ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana. 3 ed. Campinas: Papirus, 2012a. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

_____. **O ensino de Geografia na escola.** Campinas: Papirus, 2012b. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 15-47.

CIDADANIA, In: HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 714.

DALLARI, D. A. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1998.

DAMIANI, Amélia Luisa. A Geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **A Geografia na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 50-61.

DEMO, Pedro; OLIVEIRA, Liliane Lúcia Nunes Aranha. **Cidadania e direitos humanos sob o olhar das políticas públicas.** Brasília: IPEA, 1995.

DEON, Alana Rigo; CALLAI, Helena Copetti. A educação escola e a Geografia como possibilidade de formação para a cidadania. Contexto e Educação, Unijuí, ano 33, n 104, p. 264-290, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6741>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

EMEIEF CECÍLIA ESTOLANO MEIRELES. Projeto Político Pedagógico, 2019-2020.

FARIAS, Ana Lucia Lucena de. **Geografia na escola: um conhecimento alinhado à cidadania.** 2007. 93 f. Dissertação (Mestrado interdisciplinar em Ciências da Sociedade) – Pró- Reitoria de Pós-graduação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade.** 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GIBBIN, Béatrice. A Geografia, disciplina subjugada. In: VESENTINI, J. W (org.). Geografia e ensino: Textos críticos. Campinas: Papirus, 1989. p. 135-148.

JELIN, Elizabeth. Construir a cidadania: uma visão deste baixo. *Lua Nova*, São Paulo, s/v, n. 33, p. 39-57, ago. 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-644519940002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31 ago. 2019.

KAERCHER, Nestor André. **A Geografia escolar na prática docente: a utopia e os obstáculos epistemológicos da Geografia Crítica.** 2004. 363f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- USP, São Paulo-SP, 2004.

_____. **A Geografia é nosso dia a dia.** Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre - RS, n. 21, p. 109-116, ago. 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38639/26361>. Acesso em: 23 out. 2019

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e propostas**. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

LIMA, Maria Eliene. **A educação para a cidadania e a militarização para a educação**. 2018. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é Cidadania**. 3 ed. 10ª reimpressão. - São Paulo: Brasiliense, 2002. – (Coleção primeiros passos).

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MASCARENHAS, João de Castro; et al (Org). **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de Cajazeiras, estado da Paraíba. Recife: CPRM/ PRODEEM, 2005. 31 p.

MOURA, Jeani Delgado Paschoal; ALVES, José. **Pressupostos teórico-metodológicos sobre o ensino de Geografia: elementos para a prática educativa**. *Geografia*, Londrina, v. 11, nº 2, jul./dez, 2002, p. 309-319. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia-/article/view/6733>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 14. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos).

_____. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço**. 2. Ed., 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Educação e ensino de Geografia na Realidade Brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). **Para onde vai o ensino de Geografia**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1994. p. 135-144

OLIVEIRA, Fabiane; SIMÃO, Maria Olívia. **Cidadania Ambiental: uma nova cidadania?** In: Anais do Seminário Internacional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, v. 5, Manaus: EDUA, 2018. p. 1-12

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Geografia, globalização e cidadania. *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, p. 155-164, 2000. Disponível em: <https://agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/issue/view/18>. Acesso em: 29 ago. 2019.

PARAÍBA. Secretaria Estadual da Educação. **Proposta Curricular para o Estado da Paraíba**, 2018.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch; CARLOTO, Denis Ricardo. **Reflexões sobre o papel social da escola**. *Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia*, Florianópolis, v. 3, n. 4, maio 2016, p. 3-11. Disponível em

PINSKY, Pedro; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PONTUSCHKA, N. N; PAGANELLI, T. I; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental).

ROSA, Beatriz de Castro. **Educação para a cidadania**: uma exigência constitucional para a efetivação da democracia no Brasil. 2007. 209 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Faculdade de Direito, Universidade de Fortaleza, Ceará.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Tradução Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 7. Reimpr. São Paulo: Edusp, 2012. (Coleção Milton Santos).

_____. **Da totalidade ao Lugar**. 1. Ed., 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993. (Coleção espaços).

_____. **Técnica, Tempo e Espaço**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1992.

SATO, Elizabeth Cristina Maceo; FORNEL, Silvia Renata. **Conhecimento do Espaço escolar**. In: PASSINI, Elza Yasuko (org.). Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2011. pág. 53-57.

VESENTINI, José William (org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas: Papirus, 2004

_____. Ensino de Geografia e luta de classes. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). **Para onde vai o ensino de Geografia**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1994. p. 109-117.

_____. Para uma Geografia Crítica na Escola. São Paulo: Ática, 1992.

VIEIRA, Litz. Cidadania Global e Estado Nacional. DHnet. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/cidadaniaglobal/cidadania_global.html. Acesso em: 31 ago. 2019

APÊNDICES*Apêndice A: Formulário para os/as discentes do 9º ano***1. Informações pessoais**

- a) Idade _____
b) Sexo _____

2. Você reside?

- a. () Na zona Rural;
b. () Na zona Urbana;

3. Bairro ou localidade no qual você reside?

4. Qual meio de transporte você utiliza para chegar à escola?

- a. () Particular ou locado
b. () Coletivo
c. () Ônibus escolar
d. Outro _____

5. Há quanto tempo você estuda nessa escola?

- a. () Comecei este ano;
b. () Um ano;
c. () Dois anos;

6. Você tem acesso à internet em sua casa?

7. Por qual meio você acessa a internet?

- a. () Computador;
b. () Telefone celular;
c. () Outros dispositivos;

8. Qual/is principal/is fontes de informações você utiliza?

- a. () Televisão e Rádio;
b. () Jornais e revistas;
c. () Sites de notícias;

d. Outros.

9. Fora da escola quais as suas outras ocupações?

- a. Dedico-me apenas aos estudos;
- b. Tenho um emprego remunerado;
- c. Auxílio em casa nas atividades domésticas;
- d. Outro.

10. Qual o grau de escolaridade mais elevado de sua mãe/ responsável?

- a. Ensino Fundamental incompleto;
- b. Ensino Fundamental completo;
- c. Ensino médio incompleto;
- d. Ensino médio completo;
- e. Ensino superior completo ou em andamento.
- f. Outro_____

11. Qual o grau de escolaridade mais elevado de seu pai/ responsável?

- a. Ensino Fundamental incompleto;
- b. Ensino Fundamental completo;
- c. Ensino médio incompleto;
- d. Ensino médio completo;
- e. Ensino superior completo ou em andamento.
- f. Outro_____

12. Você gosta de estudar?

- Sim
- Não

13. Você gosta de Geografia?

- Sim
- Não

14. Cite três disciplinas que você gosta?

15. Cite três disciplinas que você não gosta?

16. Como você considera sua relação com o seu professor de Geografia?

- Boa Ótima Regular Ruim Nenhuma das alternativas

17. Renda familiar

- Até um salário mínimo

- () Um a dois salários mínimos
- () Dois a Três salários mínimos
- () Três ou mais salários mínimos.

18. Principais meios de acesso ao lazer e a cultura

Apêndice B: Questionário para os/as discentes

- 1- IDADE _____
- 2- O QUE VOCÊ ENTENDE POR CIDADANIA?
- 3- VOCÊ CONSIDERA O ENSINO DE GEOGRAFIA IMPORTANTE PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA? POR QUÊ?
- 4- COMO É ABORDADO OS TEMAS POLÍTICOS NAS AULAS DE GEOGRAFIA?
- 5- COMO É ABORDADO OS TEMAS AMBIENTAIS NO ENSINO DE GEOGRAFIA?
- 6- VOCÊ CONSIDERA O ENSINO DE GEOGRAFIA IMPORTANTE PARA FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA SOCIAL E POLÍTICA? JUSTIFIQUE.
- 7- QUAL/IS INSTRUMENTO (S) PODERIAM SER UTILIZADOS NAS AULAS DE GEOGRAFIA QUE FACILITARIAM UM MELHOR ENGAJAMENTO SOCIAL E PARTICIPATIVO?
- 8- OS ASSUNTOS TRABALHADOS PELO PROFESSOR DURANTE AS AULAS DE GEOGRAFIA PERMITEM UM OUTRO OLHAR SOBRE A COMUNIDADE E/OU BAIRRO QUE VOCÊ MORA?